



UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E EXATAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E JURÍDICAS

**Dayane Neres Pereira**

**A DISPOSIÇÃO A PAGAR DA POPULAÇÃO DE TEÓFILO OTONI-MG  
PARA A PRESERVAÇÃO E INVESTIMENTOS NA PRAÇA  
TIRADENTES**

Teófilo Otoni – MG  
Novembro de 2011



UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E EXATAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E JURÍDICAS

**Dayane Neres Pereira**

**A DISPOSIÇÃO A PAGAR DA POPULAÇÃO DE TEÓFILO OTONI-MG  
PARA A PRESERVAÇÃO E INVESTIMENTOS NA PRAÇA  
TIRADENTES**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Contábeis e Jurídicas, como parte das exigências do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, sob orientação do Prof. M.Sc. Vasconcelos Reis Wakim.

Teófilo Otoni – MG  
Novembro de 2011

Ficha Catalográfica  
Preparada pelo Serviço de Biblioteca/UFVJM-CM  
Bibliotecária: Luciana Angélica da Silva Leal – CRB6 nº 2326

P436s Pereira, Dayane Neres.  
2011 A disposição a pagar da população de Teófilo Otoni-MG para a preservação e investimentos na Praça Tiradentes / Dayane Neres Pereira. – Teófilo Otoni: UFVJM, 2011.  
72 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação/Ciências Contábeis) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas, 2011.  
Orientador: Prof. MSc. Vasconcelos Reis Wakim.

1. Valoração econômica de ativos públicos. 2. Valor (economia). 3. Proteção ambiental. I. Título.

**CDD: 330.98151**

**Dayane Neres**

**A DISPOSIÇÃO A PAGAR DA POPULAÇÃO DE TEÓFILO OTONI-MG  
PARA A PRESERVAÇÃO E INVESTIMENTOS NA PRAÇA  
TIRADENTES**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Contábeis e Jurídicas, como parte das exigências do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, sob orientação do Prof. M.Sc. Vasconcelos Reis Wakim.

Aprovado em:

---

Professor M.Sc. Simão Pereira da Silva

---

Professora M.Sc. Elizete Aparecida de Magalhães

---

Professor M.Sc. Vasconcelos Reis Wakim  
Orientador

Teófilo Otoni – MG  
Novembro de 2011

Dedico

Ao meu noivo, Carlos Frederico Hollerbach,  
pelo amor incondicional e pelo carinho à mim  
destinados.

## AGRADECIMENTOS

A realização deste estudo não seria possível sem a colaboração de um grande número de pessoas, às quais gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos:

A Deus, que me deu a dádiva da vida e a constante luz no meu caminho, proporcionando-me coragem e determinação para enfrentar mais este desafio.

Ao meu orientador Prof M.Sc.Vasconcelos Reis Wakim, pelo apoio e disposição quando necessitei, tanto na elaboração do projeto, como nas orientações para realização deste trabalho e principalmente por não ter permitido que eu desistisse desta monografia. Hoje vejo que foram sábias as suas palavras. Saliento que os méritos desta monografia devem ser creditados a nós dois, os defeitos ficam por minha conta.

Ao meu noivo Carlos Frederico Hollerbach que tornou a minha vida mais doce e os meus caminhos mais suaves. Muitas foram às vezes em que eu estive ausente e a sua compreensão demonstrou mais uma vez o quanto me ama. Agradeço também pela dedicação que teve para me auxiliar com este estudo, dedicação essa que por vezes parecia maior do que a minha.

Ao meu pai Sadi de Jesus Pereira, por todas as broncas que recebi, por todos os abraços que ganhei, por ter me encorajado diante as incertezas da vida. Agradeço também por todas as vezes que serviu de “Motorista do Senso” durante a aplicação dos formulários necessários para a conclusão deste trabalho, sei que não foi muito agradável dirigir o dia todo enquanto eu aplicava os formulários, ainda assim, não abriu mão de estar ao meu lado nessa empreitada. Pai, muito obrigada!

Ao meu irmão Danyel Neres Pereira e à minha mãe Maria José Neres por sua dedicação, pelo amor que me fez mais forte, fazendo-me entender que sou capaz de ir mais além.

Aos colegas e amigos do Curso de Graduação em Ciências Contábeis – turma 2/2007, pelo excelente relacionamento, em especial aos colegas/irmãos Rafael Soares e Markeli Batista pelo apoio e companheirismo nos momentos de dificuldades.

Aos professores da banca de qualificação do projeto, Profa. M.Sc. Elizete Aparecida de Magalhães e Prof. M.Sc. Simão Pereira da Silva, pela demonstração de profissionalismo, competência e sensibilidade e, principalmente, por todas as críticas que contribuíram muito para este trabalho.

E por fim, mais não menos importante, aos professores do Departamento de Ciências Contábeis e Jurídicas por terem transmitido seu conhecimento, mostrando caminhos e fazendo-me perceber do quanto sou capaz. Se hoje estou aqui é porque vocês acreditaram em meu sucesso e não mediram esforços para fazer o melhor, não apenas por mim, más por todos dos discentes do Curso de Graduação em Ciências Contábeis. Meu sincero agradecimento a todos os professores por dedicar seu tempo e sua sabedoria para que minha formação fosse um aprendizado de vida.

Não basta que tenhamos sido bons ao deixarmos o  
mundo. É preciso que deixemos também um  
mundo bom.  
(Bertold Brecht)

## RESUMO

Pereira, Dayane Neres. **A disposição a pagar da população de Teófilo Otoni-MG para a preservação e investimentos na Praça Tiradentes.** 2011. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis). Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Teófilo Otoni, MG

Esta monografia objetivou mensurar economicamente a Praça Tiradentes de Teófilo Otoni, considerando os seus aspectos tangíveis e intangíveis. O Método de Valoração Contingente (MVC) foi o método de valoração econômica escolhido para atingir o objetivo proposto, pois ele é um mecanismo que permite definir o valor monetário de recursos naturais partindo das preferências dos usuários. Nesse sentido, o MVC permite mensurar bens para os quais não existe a figura de livre mercado. O estudo foi baseado em um levantamento primário de dados realizado através da aplicação de um formulário onde se identificou o perfil socioeconômico do usuário da Praça Tiradentes, a Disposição a Pagar (DAP) individual e populacional. O estudo demonstrou que, pelos dados apresentados, a sociedade teofilotonense está disposta a pagar pela manutenção e conservação da Praça Tiradentes, revelando também seu voto de protesto justificado principalmente pela atribuição da responsabilidade por essa manutenção e conservação à Prefeitura. A partir dos resultados obtidos, chegou-se a um valor econômico de R\$ 10.299.907,80 utilizando a DAP geral e R\$ 22.329.941,40 quando os votos de protestos são excluídos. A segunda etapa pautou-se em um levantamento de dados referentes aos custos de manutenção da praça e ao patrimônio do Município realizado junto à Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni e na evidenciação do valor de mercado da Praça Tiradentes no balanço Patrimonial. Os resultados dessa monografia servirão de subsídios à gestão pública municipal para sustentar a tomada de decisão.

Palavras-Chaves: Valoração Econômica. Disposição a Pagar. Método de Valoração Contingente. Valoração Econômica de Ativos Públicos.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
1.1 Objetivos.....	13
1.1.1 Geral.....	13
1.1.2 Específicos .....	13
1.2 Justificativa .....	14
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>16</b>
2.1 Meio Ambiente .....	16
2.2 Patrimônio Público e sua Preservação .....	17
2.3 Balanço Patrimonial Público .....	19
2.4 Demonstração das Variações Patrimoniais.....	20
2.4.1 Avaliação de Ativos Públicos .....	21
2.6 Valoração de Ativos Ambientais Públicos .....	22
2.7 Método de Valoração Contingente .....	24
2.7.1 Viéses do Método de Valoração Contingente.....	26
<b>3 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO .....</b>	<b>27</b>
<b>4 METODOLOGIA.....</b>	<b>29</b>
4.1 Caracterização da Pesquisa .....	29
4.2 Definição da Amostra .....	31
4.3 Processo de Coleta e Análise de Dados .....	33
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>35</b>
5.1 Características Descritivas da Amostra .....	35
5.2 Análise da Disposição a Pagar.....	44
5.3 Resultados Estatísticos do Modelo Estudado .....	50
5.4 Custos de Manutenção da Praça Tiradentes .....	52
5.5 Evidenciação do Valor Econômico da Praça Tiradentes no Balanço Patrimonial	54
<b>6 CONCLUSÃO.....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>59</b>
<b>APÊNDICE A .....</b>	<b>65</b>
<b>APÊNDICE B.....</b>	<b>68</b>

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Análise do Gênero Sexual.....	35
Figura 2: Grau de Instrução.....	36
Figura 3: Renda Pessoal dos entrevistados.....	38
Figura 4: Renda Familiar dos entrevistados.....	39
Figura 5: Quantidade de Moradores na Residência.....	39
Figura 6: Média dos Gastos Familiares.....	40
Figura 7: Frequência da Visita à Praça Tiradentes.....	41
Figura 8: Preservação da Praça Tiradentes.....	42
Figura 9: Manutenção da Praça Tiradentes e Melhoria no Nível de Vida.....	42
Figura 10: Nota atribuída à Praça Tiradentes.....	43
Figura 11: O que Poderia Melhorar na Praça Tiradentes.....	44
Figura 12: Percentual de pessoas que manifestaram e não manifestaram DAP.....	45
Figura 13: Valor da DAP.....	46
Figura 14: Motivos para não apresentar DAP.....	49
Figura 15: Principal Motivo para DAP.....	50
Figura 16: Lançamento Contábil do valor da Praça Tiradentes.....	55
Figura 17: Lançamento Contábil do valor da Praça Tiradentes supondo um valor pré-existente.....	55

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Análise da Idade .....	36
Tabela 2: Profissão dos Entrevistados.....	37
Tabela 3: DAP por Faixa Etária .....	47
Tabela 4: Resumo do Modelo VIII .....	51
Tabela 6: Modelo de Regressão VIII .....	52
Tabela 7: Balancete de Despesas por Dotação – Manutenção de Praças Parques e Jardins .....	52

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Estrutura do Balanço Patrimonial.....	20
Quadro 2: Estrutura da Demonstração das Variações Patrimoniais .....	21

## 1 INTRODUÇÃO

De modo geral, a sociedade encontra-se cada vez mais preocupada com as questões ligadas ao meio ambiente e sua preservação. Não obstante seja comum que as pessoas inicialmente correlacionem meio ambiente com bens ligados diretamente aos elementos bióticos. É pertinente esclarecer que esse conceito é mais amplo e engloba não apenas os elementos naturais, mas também aspectos abióticos.

Assim, o entendimento do que seja meio ambiente suplantou este universo puramente ecológico para alcançar uma dimensão global da relação homem/natureza abrangendo, assim, aspectos patrimoniais, naturais, artificiais e culturais. Neste sentido, a interação entre esses diversos elementos oferece uma percepção plural e abrangente do meio ambiente.

Observa-se que o Brasil possui vasta legislação cujo foco principal é a preservação do patrimônio público, portanto cabe aos gestores públicos desenvolverem políticas públicas voltadas para sua preservação. Sabe-se que a demanda é grande e que os recursos públicos são escassos, logo, investimentos em preservação ambiental concorrem diretamente com investimentos em outras áreas como, saúde, educação, segurança, saneamento básico, infra-estrutura etc. Neste sentido, é de grande valia possuir uma ferramenta que possa oferecer um suporte à elaboração do planejamento orçamentário.

A criação de políticas públicas voltadas para a gestão ambiental é de fundamental importância, uma vez que auxiliará o gestor público na alocação de recursos e, conseqüentemente, haverá uma significativa melhora na qualidade de vida da população. Neste ínterim é pertinente acrescentar que a importância da valoração de bens ambientais vem ganhando crescente importância na conjuntura do gerenciamento e na criação de políticas ambientais

Segundo Abad (2002) valorar economicamente os recursos naturais, significa poder contar com um indicador de sua relevância no bem-estar da sociedade, que permita compará-los com outros componentes do mesmo.

Para uma gestão pública ambiental de qualidade, a alocação adequada dos recursos na preservação dos bens públicos reflete diretamente na necessidade de definir precisamente seus reais custos. Esta definição pode ser feita por meio de métodos de

valoração econômica, cujo objetivo principal é mensurar os custos e os benefícios relacionados ao bem.

Neste sentido, como a Praça Tiradentes é um bem público legalmente vinculado à Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni, que possibilita à população teofilotonense desfrutar não apenas de seus aspectos tangíveis, como jardins, coreto, fonte luminosa, mas também, de seus valores intangíveis: históricos, de lazer, de referências pessoais, turísticos, etc. Portanto, a prefeitura necessita alocar os recursos financeiros para a manutenção destes aspectos tangíveis e intangíveis de forma a preservar todos os aspectos envolvidos. A responsabilidade pela preservação/conservação da Praça Tiradentes de Teófilo Otoni é partilhada entre a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) e a Secretaria Municipal de Obras (SMO). A SMMA é responsável pela manutenção das áreas verdes e a SMO possui como competência legal, manter e reparar as edificações públicas.

Tendo em vista a inexistência de uma política ambiental no Município, pode-se dizer que o objeto de estudo deste trabalho é carente de recursos destinados à sua manutenção. Assim, diante deste cenário, observa-se a necessidade de uma política pública destinada à preservação ambiental, uma vez que o Município apresenta uma grande demanda por recursos orçamentários nas mais diversas áreas, sendo que os mesmos são limitados. Portanto, a valoração econômica deste patrimônio público é uma alternativa apropriada para oferecer ao gestor público uma ferramenta capaz de nortear suas decisões no que se refere à designação de recursos.

Por conseguinte, procurou-se responder o seguinte problema de pesquisa: Considerados os aspectos tangíveis e intangíveis da Praça Tiradentes, percebidos pela população teofilotonense, qual o seu valor socioeconômico?

## **1.1 Objetivos**

### **1.1.1 Geral**

O objetivo geral deste estudo foi mensurar economicamente a Praça Tiradentes de Teófilo Otoni, considerando os seus aspectos tangíveis e intangíveis.

### **1.1.2 Específicos**

- a) Identificar o perfil socioeconômico do usuário da Praça Tiradentes;
- b) Identificar a DAP individual;

- c) Identificar a DAP populacional;
- d) Identificar os custos de manutenção da Praça Tiradentes;
- e) Evidenciar o valor econômico da Praça Tiradentes no Balanço Patrimonial da Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni.

## **1.2 Justificativa**

As discussões sobre questões relacionadas à degradação ambiental encontram-se no cerne dos questionamentos atuais. É notório que a sociedade está enfrentando uma crise ambiental que já tomou proporções globais. Neste sentido, a união de saberes acadêmicos com gestão pública de qualidade, na tentativa de incorporação de novos métodos de gestão ambiental, pode ser percebida como uma ferramenta capaz de proporcionar a utilização sustentável dos recursos ambientais.

Apesar de algumas pesquisas terem sido desenvolvidas com a temática voltada isoladamente para questões ambientais ou para gestão pública, ainda hoje se sente uma carência de estudos que tratem, de forma integrada, questões e caracteres ambientais e de gestão pública de qualidade. Ao se estabelecer um diálogo com o que já foi produzido cientificamente sobre o tema proposto, foi possível perceber o ineditismo e a originalidade deste estudo.

Nestas abordagens, pouca atenção tem sido dada para a determinação do valor de bens públicos. Embora a amplitude do resultado empírico da valoração seja limitada, a mesma é muito útil para o processo de tomada de decisão, necessária em várias análises, inclusive na análise de custo-benefício. Assim, este é um escopo que merece um estudo pormenorizado, pois, diferentemente de outros bens tangíveis, alguns bens públicos apresentam determinadas características eminentemente de bens intangíveis, e com isto, a dificuldade na determinação de um valor monetário.

Considerando que os recursos públicos não são suficientes para suprir todas as necessidades inerentes à sociedade, pode-se afirmar que os investimentos destinados à manutenção/preservação de bens públicos de natureza ambiental confrontam direta e igualmente com investimentos em áreas ligadas à saúde, educação, moradia, assistência social, segurança, entre outras.

Na atual conjuntura do mundo globalizado, as organizações públicas, precisam desenvolver mecanismos ágeis, eficientes e competitivos para auxiliar o gestor em suas

preferências alocativas. O desenvolvimento destes mecanismos é de extrema relevância no campo acadêmico, e principalmente na esfera social, uma vez que atinge diretamente aspectos relacionados à qualidade de vida e, conseqüentemente, à dignidade da pessoa humana.

A descentralização, no que tange à alocação de recursos públicos, conferiu aos municípios uma autonomia para alocação de recursos e cobertura de despesas. Neste contexto, verifica-se a necessidade do desenvolvimento de estratégias que possam nortear a tomada de decisão do ente público municipal visando o desenvolvimento regional.

Os resultados desta pesquisa poderão contribuir para a evolução da ciência contábil, no sentido de tentar preencher uma lacuna no estudo da contabilidade relacionada à área pública e ambiental no que se refere à criação de valor para os bens públicos. É necessário esclarecer que o trabalho também assume relevância ímpar no cenário das ciências contábeis, pelo fato da mensuração econômica dos benefícios gerados por esses bens serem cruciais para sustentação da tomada de decisão do ente público no que tange, entre outras coisas, a alocação de recursos públicos.

Outrossim, um estudo aprofundado sobre o tema proposto é de valia inestimável à comunidade acadêmica por abrir novos horizontes de pesquisa, aos gestores públicos uma vez que proporcionará novas ferramentas administrativas e, principalmente, à sociedade pois a adequada alocação das receitas públicas pode garantir a utilização sustentável dos recursos ambientais e uma melhor qualidade de vida para a população.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Meio Ambiente

É notório que a sociedade está cada vez mais preocupada com assuntos relacionados à degradação e, conseqüentemente, à preservação ambiental. Com o passar dos tempos e, principalmente, a partir da Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como ECO-92, os brasileiros passaram a ter uma visão ecológica de mundo, conscientizando-se da necessidade de utilizar os recursos ambientais de maneira sustentável buscando atenuar o impacto ambiental no meio em que vive.

O conceito de meio ambiente é determinado pelo artigo 3º, inciso I, da Lei Federal nº 6.938 de 1981 que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) quando estabelece:

Meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF) complementa o conceito oferecido pela PNMA e oferece proteção constitucional ao meio ambiente, quando coloca em seu artigo 225:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Embora o conceito jurídico e o senso comum levem as pessoas a relacionar meio ambiente a elementos ligados aos aspectos puramente ecológicos, é relevante esclarecer que a terminologia meio ambiente possui uma definição mais ampla que extrapola este conceito naturalista.

Silva (2010) define meio ambiente como um bem autônomo, unitário e de interesse jurídico múltiplo, integrado por vários elementos, como os patrimônios naturais, artificiais e culturais. De encontro a este pensamento, está a definição de meio ambiente trazida por Silva (2000) citado por Aguinaga (2006, p. 3) onde esclarece que

“o meio ambiente pode ser conceituado como sendo a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento da vida em todas as suas formas”.

A conceituação puramente ecológica trazida pela legislação brasileira pode ser entendida ao se analisar o contexto histórico na época da edição da Lei Federal nº 6.938 de 1981. Em 1972, a pedido do governo da Suécia, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou a Conferência de Estocolmo, que reuniu 113 países para a discussão de temas pautados no crescimento populacional, urbanização e industrialização, representando um marco nos debates por ser a primeira reunião global sobre assuntos ambientais. O Brasil, que se encontrava em pleno período de crescimento, liderou o grupo de países que se colocavam contra o crescimento zero e o congelamento da industrialização (MILARÉ, 2005 citado por NUNES, 2010). Assim, é possível perceber que a década imediatamente anterior à publicação do PNMA é assinalada por um denso embate entre a defesa do meio ambiente e o desenvolvimento econômico, percebidos, até então, como conflitantes.

Para Martins M. C. (2002), sob o ponto de vista econômico, o meio ambiente, é um conjunto de recursos que devem ser alocados eficientemente, de modo a maximizar o bem-estar das gerações atual e futuras. Isso leva a considerar a qualidade e a quantidade de serviços ambientais a serem consumidos no presente e aqueles que devem transferir-se às gerações futuras.

## **2.2 Patrimônio Público e sua Preservação**

Para Kohama (2010, p. 174), patrimônio público é “o conjunto de bens, direitos e obrigações avaliáveis em moeda corrente, das entidades que compõem a Administração Pública”. Ainda baseado em Kohama (2010), pode-se afirmar que o patrimônio público não é apenas relacionado às entidades públicas, mas as entidades que compõem a administração pública.

Andrade (2008) esclarece que a diferença entre patrimônio público e privado consiste unicamente na característica do detentor, que no primeiro caso é a pessoa jurídica de direito público.

À luz dos artigos 98 e 99 do Novo Código Civil Brasileiro (NCC), Lei nº 10.406 de 2002, é possível conceituar de maneira clara e objetiva os bens públicos:

Art. 98. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

Art. 99. São bens públicos:

I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;

II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;

III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

Logo, é possível classificar a Praça Tiradentes como bem público. Entretanto, apenas a definição do objeto de estudo como bem público não é suficiente. O inciso V do artigo 216 da CF de 1988 dispõe que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico

Portanto, é admissível definir o objeto de estudo não apenas como um bem público, mas também como um patrimônio cultural.

Os incisos terceiro e quarto do artigo 23 da Magna Carta, esclarecem que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios zelar pelas obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural bem como impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.

Baseado neste artigo, o legislador procurou dar aos municípios a competência e a responsabilidade no que se refere a proteção do patrimônio cultural. Entretanto, a CF de 1988 apresenta explicitamente tal responsabilidade dos municípios no inciso IX do artigo 30, “promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual”, buscando assim, eliminar as dúvidas referentes à responsabilidade municipal na preservação do patrimônio cultural.

Complementado os pronunciamentos do texto constitucional, Silva (1999, p. 13) enaltece que “compreende peculiar interesse do município e evidente interesse local o

cuidar das coisas da cidade, e é nela que estão concentrados os bens culturais, sejam federais estaduais ou locais”.

### **2.3 Balanço Patrimonial Público**

O Balanço Patrimonial das organizações públicas é uma demonstração contábil que possui uma estrutura similar à estrutura dessas demonstrações das demais organizações. Kohama (2006, p. 21) esclarece que “a estrutura do balanço patrimonial guarda estreita conformidade com a apresentada para as empresas e entidades de iniciativa privada”.

Para Kohama (2006, p. 83), “o Balanço Patrimonial é o documento que apresenta, de forma sistematizada, a essência da contabilidade pública”. Ao visualizar o Quadro 1 é possível notar que do lado esquerdo é evidenciado o Ativo das organizações públicas, composto em sua essência por bens e direitos e do lado direito encontra-se o Passivo onde são evidenciadas as obrigações públicas.

Ainda de acordo com o Quadro 1, pode-se observar que a estrutura do Balanço Patrimonial Público é capaz de evidenciar de forma estática a situação das contas representativas de Bens, Direitos e Obrigações da entidade pública, demonstrando assim o valor do patrimônio registrado pela contabilidade.

O Quadro 1 também demonstra que os Ativos são apresentados em quatro grupos de contas classificados em Ativo Financeiro, Ativo Permanente, Saldo Patrimonial e Ativo Compensado. A demonstração dos Passivos também é organizada em quatro grupos de contas que são o Passivo Financeiro, o Passivo Permanente, o Saldo Patrimonial e o Passivo Compensado. Essa estrutura encontra-se de acordo com os dizeres do artigo 105 da Lei nº 4.320 de 1964 onde determina:

Art. 105. O Balanço Patrimonial demonstrará:

- I - O Ativo Financeiro;
- II - O Ativo Permanente;
- III - O Passivo Financeiro;
- IV - O Passivo Permanente;
- V - O Saldo Patrimonial;
- VI - As Contas de Compensação.

§ 1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

§ 2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamento independa de autorização orçamentária.

§ 4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

§ 5º Nas contas de compensação serão registrados os bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, imediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio.

<Ente da Federação>					
Balanco Patrimonial					
Exercício:		Período:		Data Emissão:	
Mês		Página:			
ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Financeiro</b>			<b>Financeiro</b>		
<b>Permanente</b>			<b>Permanente</b>		
<b>Ativo Real</b>			<b>Passivo Real</b>		
			<b>Patrimônio Líquido</b>		
<b>Compensado</b>			<b>Compensado</b>		
Total			Total		

Fonte: Adaptado de Lima e Castro (2007)

Quadro 1: Estrutura do Balanço Patrimonial

## 2.4 Demonstração das Variações Patrimoniais

A Lei nº 4.320 de 1964, em seu artigo 104, estabelece que Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações sofridas pelo patrimônio do ente público, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. Percebe-se que o patrimônio, quer seja público ou privado, apresenta a característica de dinamicidade, portanto, é de fundamental importância esse mecanismo de reavaliação patrimonial.

Kohama (2000, p.143) afirma que:

O importante a ser observado é o fato de que os balanços públicos, em que se inclui a demonstração das variações patrimoniais, podem ser analisados e interpretados individualmente, porém, o trabalho de análise e interpretação dessas peças deve ser apresentado de forma consolidada em seu conjunto, pois somente nessa abrangência é que se terá as melhores condições de análise e interpretação dos resultados apresentados pelos balanços públicos e na demonstração das variações patrimoniais.

Ainda segundo Kohama (2006, p. 24), na Demonstração das Variações Patrimoniais são evidenciados “os registros do sistema patrimonial, evidenciando a movimentação ocorrida no patrimônio, resultante de alterações ocorridas nos valores de qualquer dos elementos do patrimônio público”.

De acordo com o Quadro 2, pode-se notar que a Demonstração das Variações Patrimoniais é dividida em dois grandes grupos: os que aumentam a composição patrimonial da entidade, conseqüentemente aumentam ativos e os redutores patrimoniais que aumentam passivos e/ou diminuem ativos.

<Ente da Federação>		
<b>Demonstração das Variações Patrimoniais</b>		
Exercício:	Período:	Mês
		Data Emissão:
		Página:
		Exercício Atual
		Exercício Anterior
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		
Tributos e Contribuições		
Venda de Mercadorias, Produtos e Serviços		
Financeiras		
Transferências		
Exploração de Bens e Serviços		
Valorização e Ganhos com Ativos		
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		
Pessoal e Encargos		
Benefícios Previdenciários		
Benefícios Assistenciais		
Financeiras		
Transferências		
Tributos e Contribuições		
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		
Desvalorização e Perda de Ativos		
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		
Resultado Patrimonial do Período		

Fonte: Adaptado do Anexo 15 da lei 4.320/64

Quadro 2: Estrutura da Demonstração das Variações Patrimoniais

#### 2.4.1 Reavaliação de Ativos Públicos

Martins (1992) citado por Schvirck (2008, p. 37), “explica que a reavaliação, em contabilidade, consiste em atribuir um novo valor ao ativo, valor esse que passará a ser o registro contábil do bem reavaliado”. Assim, é possível elucidar que a reavaliação de ativos resulta da atribuição de um novo valor (condizendo com o valor de mercado) ao bem reavaliado.

Sob o prisma da relevância da reavaliação dos ativos constituintes do patrimônio público, o legislador autoriza, por meio do parágrafo terceiro do artigo 106 da Lei nº 4.320 de 1964, que o ente público efetue reavaliações de ativos.

Neste sentido, a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº. 1.137 de 2008 que aprova a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBC T) 16.10

– Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público, em seu item 30 esclarece:

Os bens de uso comum que absorveram ou absorvem recursos públicos, ou aqueles eventualmente recebidos em doação, devem ser incluídos no ativo não circulante da entidade responsável pela sua administração ou controle, estejam, ou não, afetos a sua atividade operacional

Andrade (2008, p.150), afirma que “é importante reavaliar os bens para que o Inventário e o Balanço Patrimonial apresentem a situação real do patrimônio da entidade, além de evitar a ocorrência de ‘Passivo Real a Descoberto’, ou seja, Passivo maior do que o Ativo.”

## **2.6 Valoração de Ativos Ambientais Públicos**

Mensurar economicamente um recurso ambiental é dar o valor monetário deste em relação aos outros bens e serviços disponíveis na economia. Qualquer que seja a forma de gestão a ser desenvolvida pelo governo, o gestor terá que equacionar o problema de alocar um orçamento financeiro limitado frente a inúmeras opções de gastos que visam diferentes opções de investimentos ou de consumo.

Quando os recursos da natureza são geradores de bens e serviços, como produção de alimentos, insumos de produção, dentre outros, acabam apresentando alguma espécie de ligação com o mercado, assim podem ser valorizados sem apresentar grandes dificuldades. Todavia, existem distintos ativos, caracterizados como bens públicos que, por suas características conceituais e de utilização, não apresentam sinais de preço, o que os transformam em bens demasiadamente difíceis de atribuir valores monetários.

Neste sentido, e em linhas gerais, é possível dizer que o valor de um bem ou serviço é determinado pelo seu custo acrescido do lucro almejado pelo seu proprietário, considerando primordialmente o valor que o mercado está disposto a pagar. Outrossim, existem determinadas categorias de bens ou serviços que não possuem a característica de livre mercado, gerando uma certa dificuldade para a definição de seu valor de mercado.

Randall (1987) citado por Martins E. C. (2002, p. 21) assegura “que grande parte da literatura sobre economia do bem estar, finanças públicas e recursos econômicos,

refere-se aos bens que não apresentam sinais de livre mercado como sendo bens públicos”.

Portanto, o fato do bem público não apresentar sinais de livre mercado não deve ser interpretado como falta de valor monetário para o mesmo. Neste sentido, está o pensamento de Santana e Mota (2004, p. 54) quando dizem:

O meio ambiente, ao desempenhar funções imprescindíveis à vida humana, apresenta, em decorrência, valor econômico positivo, mesmo que não refletido diretamente pelo funcionamento do mercado. Portanto, não se pode atribuir valor zero, correndo risco de uso excessivo ou até mesmo de sua completa degradação. Um princípio básico a ser observado é que o ambiente e o sistema econômico interagem, quer por meio dos impactos que o sistema econômico provoca no ambiente, quer pelo impacto que os recursos naturais causam na economia.

Sob este prisma, pode-se considerar que para valorar economicamente bens públicos é fundamental o desenvolvimento de um estudo econômico que analise os inúmeros fatores que podem influenciar direta ou indiretamente o preço do bem. Portanto, houve a necessidade de desenvolver métodos de valoração ambiental objetivando fornecer uma ferramenta eficiente para nortear a tomada de decisão dos gestores públicos.

Para Mattos et. al. (2004), quando não existem mercados para bens e serviços ambientais ou mercados alternativos para se proporem substituições, há a necessidade de se utilizar métodos contingentes de valoração. É possível empregar esses métodos para elementos da natureza, como biodiversidade, patrimônio paisagístico, áreas de proteção ambiental, áreas de lazer ou qualquer outra situação para a qual não haja valores de mercado e, nesses casos, a alternativa mais empregada é o método de disposição a pagar (PUGAS, 2006)

Fritsch (2005, p. 35), aponta que o mercado tem dificuldades em fixar preços eficientes para bens públicos por que eles estão disponíveis a todas as pessoas. Além disso, os mesmos são definidos pela valoração que os indivíduos atribuem, diferente de um bem privado que é negociado no mercado por determinado preço. “Quando o consumo de um não interfere no consumo de outro, o preço economicamente eficiente é zero, pois não há alocação de recursos entre os consumidores por meio de preços”. Neste sentido, os recursos de uso comum do povo, aliados à ausência de preços para os

recursos naturais e os serviços por eles prestados, muitas vezes, acarretam o uso exagerado por parte da população.

A importância da valoração de ativos ambientais públicos reside no fato de criar um valor de referência que indica uma sinalização de mercado, proporcionando, assim, a criação de política que possibilite o uso racional dos recursos ambientais. Os agentes públicos e privados terão indicações para avaliação econômica de tomadas de decisões políticas sobre a utilização eficiente desses ativos. Portanto, obter um valor de referência para um bem ambiental fornece subsídios ao poder público, à sociedade civil organizada e às organizações não-governamentais (ONG's) para um gerenciamento mais eficaz desses recursos. (PUGAS, 2006)

## **2.7 Método de Valoração Contingente**

É notório que grande parte dos recursos ambientais são de natureza pública, conseqüentemente, são de livre acesso às pessoas e sem preço definido no mercado. Essas características acabam induzindo a população a um uso abusivo, inconsciente e descontrolado. Portanto, a elaboração das prioridades, no que se refere, entre outras coisas, a alocação de recursos públicos e a criação de políticas ambientais, serão mais eficientes caso os valores econômicos desses bens sejam conhecidos.

O Método de Valoração Contingente (MVC) é um mecanismo que permite definir o valor monetário de recursos naturais partindo das preferências dos usuários. Nesse sentido, o MVC busca mensurar bens para os quais não existe a figura de livre mercado.

O primeiro estudo pautado na utilização de entrevistas diretas à população para estimação do valor de um recurso natural foi realizado por S. V. Ciriacy-Wantrup, com a publicação de um artigo em 1947 sobre mensuração dos benefícios gerados pela preservação da erosão dos solos. Contudo, foi Robert K. Davis quem utilizou o MVC pela primeira vez, como parte de um estudo para obtenção do título de doutor na Universidade de Harvard, em 1963. Davis buscava simular a conduta do mercado, captando a máxima disposição a pagar dos entrevistados por um recurso ambiental. Para tanto apresentava aos entrevistados todos os benefícios oriundos de uma área recreacional na floresta de Maine e os locais alternativos de recreação na região. Após a

apresentação, Davis, oferecia sucessivos valores até que o entrevistado aceitasse ou rejeitasse a proposta de pagamento do bem. (BREEDLOVE, 1999).

Desde então o MVC é utilizado para valorar os mais diversos tipos de recursos ambientais. Dentre os exemplos clássicos da aplicação do MVC, é pertinente citar o cálculo das perdas referentes aos valores de existência causados pelo vazamento dos quase 260 mil barris de petróleo do navio Exxon Valdez em Prince William Sound, Alasca, em 1989, e a estimativa dos benefícios gerados pelo aumento da visibilidade no Grand Canyon, com a redução da névoa causada pela emissão de dióxido sulfúrico, em 1991. Vale ressaltar que os resultados obtidos por meio das duas pesquisas foram utilizados para fins judiciais. (MAIA, 2002)

Maia (2002, p. 9) quando esclarece que embora o MVC seja criticado por muitos autores, em muitos casos “é o único método capaz de captar valores de existência de bens e serviços ambientais, e é adaptável à maioria dos problemas ambientais”.

Para atingir seus propósitos, o MVC parte da premissa da elaboração de cenários hipotéticos a partir dos quais se pode descobrir as preferências dos consumidores por meio da aplicação de formulários visando identificar as Disposições a Pagar (DAP) ou a Aceitar (DAA), individuais e coletivas, pelo uso ou preservação de um bem ambiental. Conforme o foco da pesquisa, pode questionar o entrevistado sobre o quanto estaria disposto a aceitar, para desistir de algum serviço ambiental.

Dado seu caráter hipotético, uma das grandes virtudes do MVC acaba sendo a flexibilidade. Sua aplicação é viável a uma grande variedade de problemas ambientais, sendo particularmente útil e adaptável para bens e serviços intangíveis e, em muitas situações, o único método que pode ser utilizado. O MVC permite captar valores de opção na presença de incerteza e valorar bens ainda não disponíveis (BORGER, 1995).

Pugas (2006, p. 37), esclarece que “o cenário é parte fundamental no processo de captação da DAP do entrevistado devendo conter uma descrição bem detalhada do bem avaliado”. A falta de um cenário corretamente delineado, que não condiz com a situação efetivamente pesquisada, há falta de especificação do contexto a ser efetivamente pesquisado e as respostas poderão não condizer com a realidade.

De encontro ao explicitado por Pugas (2006), Stampe (2008) esclarece que, o método de valoração contingente, difere dos outros métodos de valoração econômica

pelo fato de trabalhar com dados obtidos através das respostas das pessoas quando indagadas sobre o que fariam em situações hipotéticas.

Motta (1997, p. 32) afirma que o interesse pelo MVC tem acendido bastante ao longo da última década. “Entre outros motivos, destaca-se o próprio aperfeiçoamento das pesquisas de opinião e, principalmente, o fato de ser a única técnica com potencial de captar o valor de existência”.

Nesta vertente, pode-se dizer que o MVC, por meio da construção de um cenário hipotético e de perguntas direcionadas aos usuários do bem, é capaz de determinar o valor de mercado de bens públicos, considerando os seus aspectos tangíveis e intangíveis.

### **2.7.1 Viéses do Método de Valoração Contingente**

Embora o MVC seja um método de valoração ambiental eficiente, é importante observar que existe a possibilidade de ocorrer algum tipo de viés na sua aplicação, atribuídos principalmente à utilização de um cenário hipotético. Motta (2006), identifica dez importantes tipos de viéses que podem afetar a confiabilidade da pesquisa e que, portanto, devem ser minimizados com o aperfeiçoamento do formulário.

Buscando sintetizar os viéses do MVC, Belluzzo Jr. (1999), indica duas grandes classes, exaustiva e excludente, onde é possível classificar os viéses como intencionais e não-intencionais. Na primeira hipótese, os entrevistados não desejam revelar suas verdadeiras preferências por algum motivo. Na segunda, os entrevistados podem não ser capazes de indicar com exatidão as suas preferências em um contexto hipotético ou ainda serem induzidos ao erro pelo processo adotado no momento da pesquisa

Ainda baseado em Belluzzo Jr. (1999), pode-se afirmar que os viéses intencionais resumem-se basicamente em três grupos bem definidos: o viés de protesto, o *warm glow*, e o viés estratégico. O *warm glow* ocorre quando o entrevistado pode buscar responder às questões de maneira a agradar ao entrevistador; o viés de protesto faz referência à probabilidade dos interrogados utilizarem suas respostas para manifestar um protesto contra alguma coisa no conexo da pesquisa e não as suas preferências com relação ao objeto de estudo apresentado. Já o viés estratégico, está relacionado basicamente à percepção dos entrevistados no sentido da obrigação de pagamento e às suas expectativas no que atine à provisão do bem em questão.

No que se refere aos vieses não-intencionais, não são muito bem definidos uma vez que, comumente, esses vieses estão ligados diretamente ao nível de informação inserida no mercado hipotético, quer seja pela omissão do pesquisador ou pela incompreensão do entrevistado, ou ainda devido ao fato de que as pessoas respondem às perguntas hipotéticas de forma simbólica (BELLUZZO JR., 1999).

Neste sentido, Motta (1997) afirma que pelo fato do MVC ser fundamentado em mercados hipotéticos, é possível levar a valores que não remetem às reais preferências dos entrevistados. Por não se tratar de um mercado fidedigno, os indivíduos podem perceber que não sofrerão custos, pois se tratam de simulações, diversamente de quando o entrevistado erra o valor em um mercado real, pois caso isso aconteça deverá arcar com as consequências.

### **3 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO<sup>1</sup>**

A Praça Tiradentes fica localizada na área central da sede do município de Teófilo Otoni, MG. Ela já foi chamada de “Passeio Público”, tendo o início da sua construção em 1924 pelo então prefeito Adolfo Sá, sendo concluída em 1933 no governo do prefeito Manoel Pimenta.

Composta por dois jardins e com árvores centenárias, atrai a atenção de todos, não só por sua beleza, mas também pelos raros habitantes: as “preguiças” (*Bradypus tridactylus*) – adultos e filhotes, constituindo-se em uma atração para todos os que passam naquele local.

Um atrativo à parte é a fonte luminosa musical, doada à cidade de Teófilo Otoni pelo governo alemão, na gestão do Prefeito Germano Augusto de Souza, sendo inaugurada no ano de 1953, época do centenário da cidade. A fonte luminosa foi recebida na Alemanha pelo pedrista Armando Horta, credenciado pelo prefeito para tal finalidade

A Praça Tiradentes possui um monumento com estátua e os restos mortais do fundador da cidade Teophilo Benedicto Ottoni, trasidos do Rio de Janeiro em 1960, por determinação do então Presidente Juscelino Kubitscheck, e outro monumento com estátua em homenagem ao ex-prefeito Manoel Pimenta.

---

<sup>1</sup> Para a caracterização da Praça Tiradentes foi realizada uma pesquisa específica nos documentos (muitos deles manuscritos) disponíveis na Biblioteca Pública Municipal Benjamim da Cunha, além de entrevistas com alguns moradores antigos da cidade de Teófilo Otoni

Outro artigo histórico da praça é a Maria Fumaça "Puchichá" que foi o primeiro veículo que transitou pela estrada de ferro Bahia-Minas. Esse monumento foi oferecido ao povo teófilo-otonense por constituir-se em uma lembrança dos tempos em que a ferrovia manteve uma intensa atividade e contribuiu para o desenvolvimento da região.

Para proporcionar o acesso às atividades culturais, a Praça Tiradentes conta com locais apropriados. O mais antigo é o coreto que serve de palco para manifestações culturais. Outro local é o espaço cultural – também conhecido como Casa de Vidro – que possui uma arquitetura em vidro para sediar as mais diversas exposições. Possui ainda, um Anfiteatro apropriado para apresentações de músicas, dança, teatro, festivais, etc.

Em 2001, a praça foi totalmente recuperada, o que incluiu, entre outras coisas a criação de novos canteiros floridos, construção do Espaço Cultural e do Anfiteatro e a restauração e modernização da Fonte Luminosa.

## 4 METODOLOGIA

A metodologia visa estudar os meios pelos quais os objetivos serão atingidos, Neste sentido, Rudio (2004, p. 9), elucida que:

Pesquisa, no sentido mais amplo, é um conjunto de atividades orientadas para a busca de um determinado conhecimento. [...] para uma pesquisa ser considerada científica a mesma deve ser sistematizada, utilizando métodos próprios e técnicas específicas e acima de tudo buscar “um conhecimento que se refira a realidade empírica.

Fagundes et al. (2008), esclarece que para o desenvolvimento de uma pesquisa empírica, existem distintos métodos de pesquisa. A escolha de um ou outro dependerá, dentre outras variáveis, da característica e da natureza da pesquisa. A priori, nenhum método é melhor ou pior do que o outro, já que todos podem possuir vantagens e desvantagens; por isto, deve-se utilizar uma combinação quantitativa e qualitativa com o objetivo de incrementar e facilitar os estudos a serem realizados.

No que tange à metodologia científica adotada no presente trabalho, buscou-se uma abordagem pautada na diversificação, tanto dos métodos quanto das fontes de investigação, o que pode parecer um pouco estranho aos padrões tradicionais da ciência moderna, mas procurou-se neste estudo, dentre outras coisas, trazer à tona a possível impropriedade dos padrões clássicos da ciência moderna, e particularmente, dos métodos científicos utilizados nas Ciências Contábeis para abordagem de temas como o proposto para a pesquisa, entretanto, esta opção está coerente com o desenvolvimento de todo o trabalho.

### 4.1 Caracterização da Pesquisa

Segundo Gil (2007), as pesquisas podem ser decompostas em três tipos distintos:

- Pesquisa exploratória: tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.
- Pesquisa descritiva: seu principal objetivo é a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento entre variáveis.

- Pesquisa explicativa: tem como desígnio primordial identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos.

Este estudo pode ser classificado como explicativo-exploratório. Exploratório porque, apesar do Método de Valoração Contingente vir sendo explorado pela comunidade acadêmica, existe uma lacuna sobre pesquisas referentes à aplicação do MVC voltado para a valoração de bens públicos principalmente no que tange à utilização desse método visando a geração de políticas ambientais públicas. “Pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou construir hipótese tem como objetivo principal o aprimoramento ou a descoberta de intuições” (GIL, 2007, p.41).

O estudo é também explicativo, pois, além de registrar, analisar e interpretar os fenômenos estudados teve o interesse primordial de identificar os fatores que determinaram e/ou contribuíram para a ocorrência dos fatos.

Quanto aos métodos de investigação, foi realizado um levantamento bibliográfico em livros, artigos, revistas e outros periódicos, sejam eles físicos ou eletrônicos, para o alcance de um instrumental teórico que permita ponderar considerações sobre o tema proposto.

Para a caracterização da Praça Tiradentes foi realizada uma pesquisa específica nos documentos (muitos deles manuscritos) disponíveis na Biblioteca Pública Municipal Benjamim da Cunha, além de entrevistas com alguns moradores antigos da cidade de Teófilo Otoni.

O levantamento bibliográfico acompanhou todas as etapas deste trabalho, pois, por tratar-se de um tema incipiente, é de grande valia sustentar cada etapa de pesquisa com referencial teórico.

Visando atingir os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa empírica, baseada em entrevistas estruturadas, direcionadas por formulários, com o foco primordial de determinar a Disposição a Pagar (DAP) dos entrevistados e identificar as características socioeconômicas dos usuários da Praça Tiradentes, como sexo, idade, renda média.

Marconi e Lakatos (2009, p. 199) salientam que uma entrevista padronizada ou estruturada “é aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente

estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas”. Optou-se pela utilização de entrevistas estruturadas uma vez que esse tipo de processo de coleta de dados confere ao entrevistador a certeza que foram feitas as perguntas e que as mesmas foram claramente entendidas pelos entrevistados. Vale ressaltar que a entrevista padronizada auxiliou na redução dos vieses d Método de Valoração Contingente, o quem contribuiu de maneira positiva com os resultados atingidos no estudo.

Com os dados obtidos por meio da realização da fase empírica deste trabalho, foi determinado o valor econômico da Praça Tiradentes para posteriormente, somado ao custo de manutenção da praça, ser evidenciado no Balanço Patrimonial da Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni.

#### **4.2 Definição da Amostra**

Silva et al. (1997, p. 12) esclarece que população é o “conjunto de todos os itens que interessam ao estudo de um fenômeno coletivo” e que amostra é “qualquer sub conjunto não vazio de uma população”.

Com base nos pressupostos estabelecidos por Gil (1999), para que uma amostra represente com corretamente as características de uma população (ou universo), esta deve ser composta por um número suficiente de casos. Este número, por sua vez, depende dos seguintes fatores:

- Extensão do universo;
- Nível de confiança estabelecido;
- Erro máximo permitido; e
- Percentagem com a qual o fenômeno se verifica.

Sabe-se que a extensão de uma amostra confiável está intimamente relacionada à extensão da população pesquisada, assim, pode-se classificar as populações em finitas e infinitas. Ainda com base em Gil (1999, p. 84):

Universos finitos são aqueles cujo número de elementos não excede a 100.000. Universos infinitos, por sua vez, são aqueles que apresentam elementos em número superior a esse. São assim denominados porque, acima de 100.000, qualquer que seja o número de elementos do universo, o número de elementos da amostra a ser selecionada será praticamente o mesmo.

Com base no exposto, este trabalho foi baseado em uma população infinita, pois a população de Teófilo Otoni é de aproximadamente 130.000 habitantes. Será assumido um erro de 3,5%, com p (0,50) e q de (0,50) e dois desvios padrões, representando um grau de confiança de 95%, totalizando 800 formulários a serem aplicados, conforme a seguinte equação:

$$n = \frac{\sigma^2 p \cdot q}{e^2}$$

Onde:

- n: Tamanho da amostra;
- $\sigma^2$ : Nível de confiança escolhido, expresso em número de desvios-padrão;
- p: Percentagem com a qual o fenômeno se verifica;
- q: Percentagem complementar (100 - p); e
- e: Erro máximo permitido.

Objetivando identificar qual a relação existente entre as variáveis do modelo proposto neste estudo, foi utilizada uma função econométrica utilizando as variáveis descritas geradas pelo SPSS, conforme função abaixo:

$$DAP = a_1I + a_2R + a_3S + a_4E + e$$

Onde:

- DAP = Disposição a Pagar
- I = Idade
- R = Renda
- S = Sexo
- E = Escolaridade
- e = erro

### 4.3 Processo de Coleta e Análise de Dados

Como técnica de coleta de dados foram utilizadas entrevistas padronizadas efetuadas pela autora deste estudo nos meses de Junho, Julho e Agosto de 2011, sendo o entrevistado abordado em diversos pontos da cidade. A abordagem realizada foi aleatória sendo solicitado às pessoas um pouco de sua atenção para responder o formulário. Primeiramente foi explicado às pessoas que aceitaram participar da pesquisa os objetivos da investigação e, em seguida, foi feita a entrevista, a partir do formulário elaborado (Apêndice A).

A validação dos formulários foi realizada por meio de um pré-teste efetuado na primeira quinzena de Junho de 2011, onde foram executadas 5 entrevistas e verificou-se a necessidade de serem realizados pequenos ajustes para que ele ficasse realmente aplicável e contribuísse com o êxito da pesquisa. Feitos os ajustes necessários, foi realizado, ainda na primeira quinzena de Junho de 2011, um novo pré-teste onde verificou-se que o formulário estava em perfeitas condições para ser utilizado como instrumento de coleta de dados nesse estudo.

O formulário foi estruturado com questões abertas e fechadas, divididas em três grupos:

- O primeiro, relacionado à condição socioeconômica, em que objetivou identificar o perfil do usuário da Praça Tiradentes de Teófilo Otoni;
- O segundo, relacionado à percepção ambiental, buscou o nível de consciência ambiental da amostra pesquisada;
- O terceiro grupo foi composto por questões que servem como base de dados para a utilização do Método de Valoração Contingente. Neste último os usuários foram questionados sobre sua disposição a pagar e os principais motivos para manifestarem ou não a DAP.

No que tange ao tratamento dos dados, o MVC foi aplicado com o objetivo de responder ao problema proposto. Todos os aspectos foram considerados como importantes, especialmente a definição do cenário hipotético buscando diminuir os vieses do estudo.

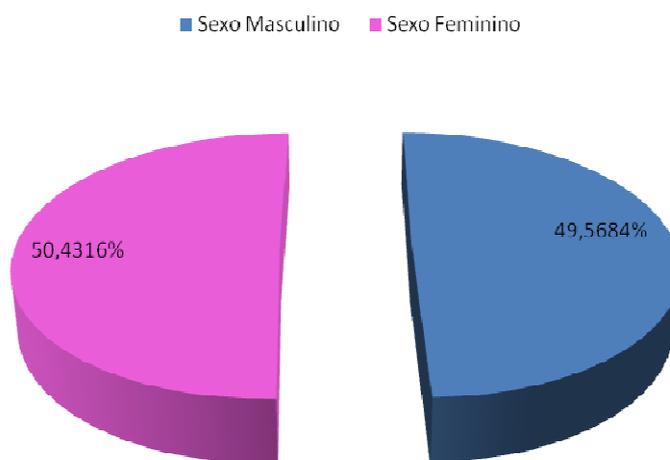
As entrevistas foram inicialmente triadas, descartando-se as que continham informações incompletas, as que apresentaram erros de informação e as que apresentaram algum tipo de viés, o que resultou em 811 formulários válidos. Em seguida os dados foram tabulados no software *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) onde foram geradas informações estatísticas que serviram de base para as análises. Assim chegou-se ao valor da disposição a pagar da população pesquisada.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 5.1 Características Descritivas da Amostra

As características descritivas dos dados coletados nos 811 formulários aplicados para a realização da presente pesquisa servirá como subsídio para traçar o perfil socioeconômico dos usuários da Praça Tiradentes. Igualmente, faz-se necessário esclarecer que a pesquisa de campo desenvolveu-se nos meses de Junho, Julho e Agosto, portanto os resultados refletem, majoritariamente, o cenário predominante nestes meses.

A amostra está constituída de 402 pessoas do sexo masculino e 409 do sexo feminino, demonstrando que, do total de entrevistados, 50,4316% são mulheres e 49,5684% são homens (Figura 1).



Fonte: Dados da Pesquisa

Figura 1: Análise do Gênero Sexual

No que tange à idade, e conforme apontado na Tabela 1, observa-se que a amostra apresentou uma média de idade dos entrevistados de 38,0111 anos, sendo que o entrevistado mais novo possuía 16 anos e o mais velho 86 anos e um desvio padrão de 16,7259. Sabe-se que o desvio-padrão mede a variação dos valores em relação à média, portanto quanto mais próximo de zero, menor será a variação e mais homogênea será

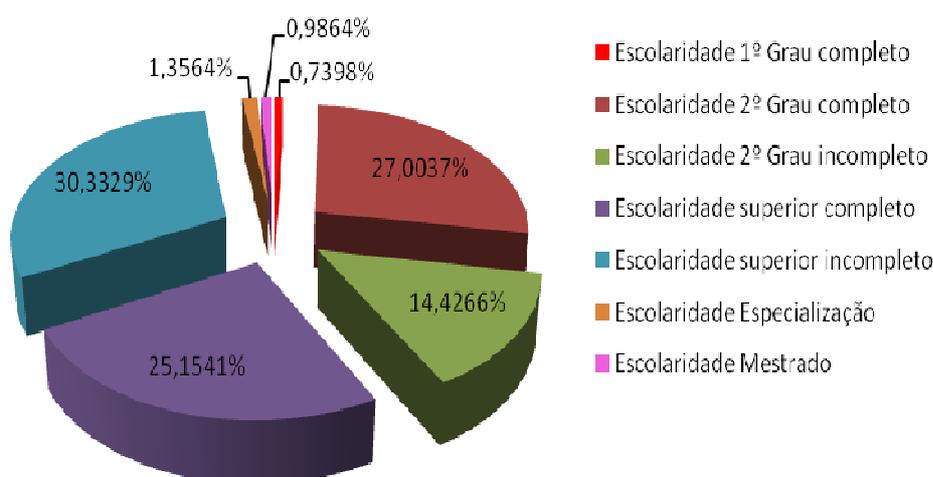
amostra, por outro lado, quanto maior for o desvio padrão, maior será a variação e mais heterogênea será a amostra. Assim, é possível perceber a heterogeneidade do universo pesquisado o que contribuiu efetivamente com os resultados alcançados neste estudo, uma vez que comprovou estatisticamente que a amostra contou com uma multiplicidade de gêneros.

**Tabela 1: Análise da Idade**

Média	Valor Mínimo	Valor Máximo	Desvio Padrão
38,0111	16,0000	86,0000	16,7259

Fonte: Dados da Pesquisa

No que se refere ao grau de instrução dos entrevistados, observou-se que; 0,9864% tem mestrado, 1,3564% tem especialização, 25,1541% tem nível superior completo, 30,3329% tem nível superior incompleto, 27,0037% tem 2º grau completo, 14,4266% tem 2º grau incompleto e 0,7398% tem 1º grau completo e 0% com primeiro grau incompleto (Figura 2). Observa-se que o perfil da amostra selecionada mostra um elevado nível de escolaridade dos usuários da Praça Tiradentes, pois 55,4870% cursaram ou estão cursando o nível superior. Contudo, esse fato justifica-se uma vez que a cidade conta com 6 faculdades e/ou universidades.



Fonte: Dados da Pesquisa

Figura 2: Grau de Instrução

No que tange à profissão, a amostra mostrou 29 profissões diferentes para usuários da Praça Tiradentes. A Tabela 2 mostra as respostas dos entrevistados quando indagados sobre sua profissão, assim as mais citadas foram: auxiliar administrativo (13,8101%) Estudante (12,7004%), profissional liberal (9,1245%), aposentado/pensionista (8,6313%), funcionário público (8,0148%), empresário/comerciário (6,7818%), vendedor (5,9166%), professor (5,0555%), estagiário (4,3157%), vigia/porteiro (3,8224%), desempregado (2,7127%), psicólogo (2,3428%), militar (2,2195%), motorista (1,9729%), repositor (1,9729%), costureira (1,7263%), dona de casa (1,4797%), analista de sistemas (1,4797%). É importante ressaltar que as profissões que foram citadas, mas que tiveram um percentual inferior a 1% de representatividade na amostra foram reunidas e formaram a categoria outros cuja soma representa 3,8224% do total de entrevistados.

Percebe-se pelas profissões citadas que a maioria delas exige de seus ocupantes um grau relativamente elevado de escolaridade. Estas constatações remetem tão somente à verificação de tendências, não significando que se constituam em regras ou exigências para a utilização da Praça Tiradentes.

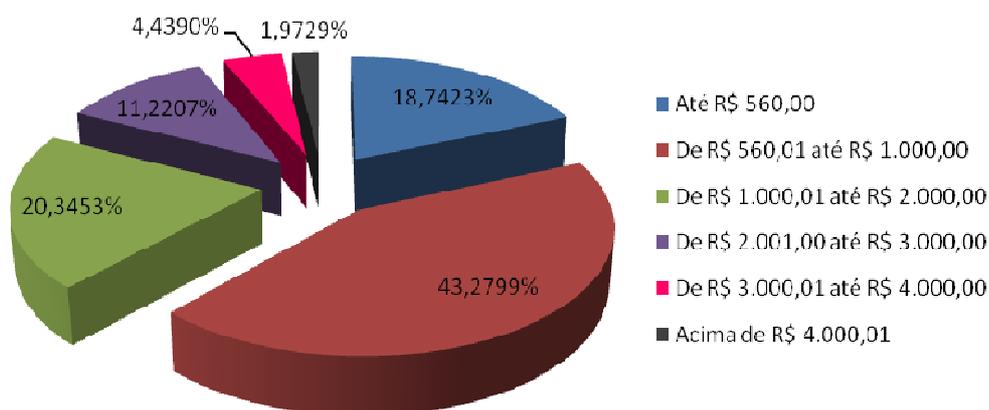
Tabela 2: Profissão dos Entrevistados

<b>Profissão</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Auxiliar Administrativo	112	13,8101
Estudante	103	12,7004
Profissional Liberal	74	9,1245
Aposentado/Pensionista	70	8,6313
Funcionário Público	65	8,0148
Empresário/Comerciário	55	6,7818
Vendedor	48	5,9186
Professor	41	5,0555
Estagiário	35	4,3157
Vigia/Porteiro	31	3,8224
Outros	26	3,2059
Desempregado	22	2,7127
Psicólogo	19	2,3428
Militar	18	2,2195
Motorista	16	1,9729
Repositor	16	1,9729
Costureira	14	1,7263
Dona de Casa	12	1,4797
Analista de Sistemas	12	1,4797

Contador	12	1,4797
Caixa	10	1,2330
<b>Total</b>	<b>811</b>	<b>100,0000</b>

Fonte: Dados da Pesquisa

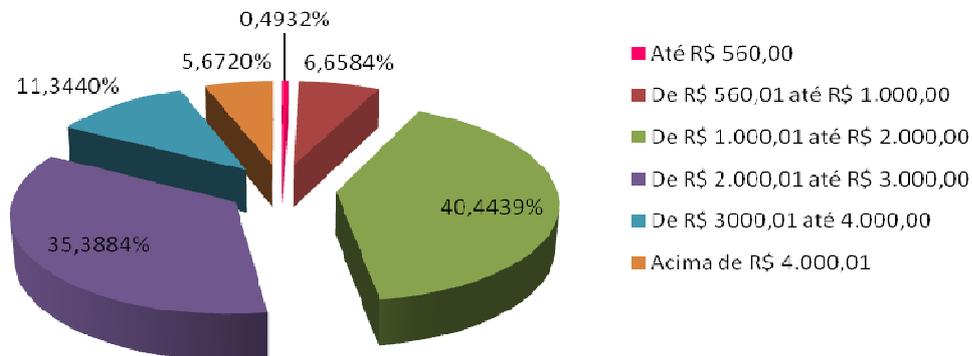
Conforme aponta a Figura 3, é possível perceber que 18,7423% dos entrevistados possuem renda pessoal de até R\$ 560,00, 43,2799% entre R\$ 560,01 e R\$ 1.000,00, 20,3453% de R\$ 1.000,01 até R\$ 2.000,00, 11,2207% possuem renda pessoal de R\$ 2.000,01 até R\$ 3.000,00, 4,4390% afirmam auferir renda pessoal de R\$ 3.000,01 até R\$ 4.000,00 e 1,9729% renda acima de R\$ 4.000,01.



Fonte: Dados da Pesquisa

Figura 3: Renda Pessoal dos entrevistados

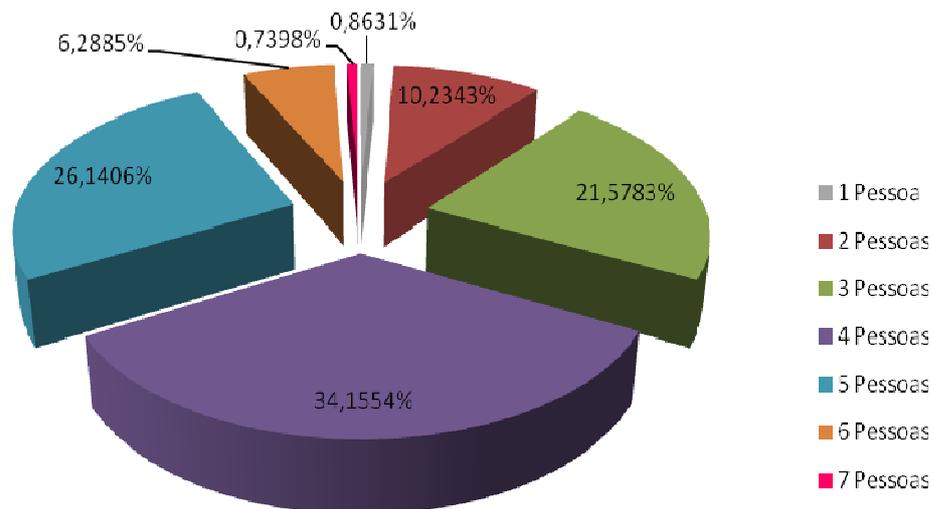
Apesar da maioria dos entrevistados receberem até R\$ 1.000,00 de remuneração (62,0222%) do total, ao confrontar com a renda familiar esse percentual decaiu, sendo constituído por 7,1516% do total dos entrevistados, demonstrando que a renda familiar é complementada por mais de um membro da família (Figura 4).



Fonte: Dados da Pesquisa

Figura 4: Renda Familiar dos entrevistados

Esta complementação de renda pode ser entendida ao avaliar a quantidade de pessoas que compõem o núcleo familiar. Observa-se que 0,8631% pessoas moram sozinhas, 10,2343% das famílias são compostas por 2 pessoas, 21,5783% por 3 pessoas, 34,1554% por 4 pessoas, 26,1406% compostas por 5 pessoas, 6,2885% por 6 e 0,7398% por 7 pessoas (Figura 5)

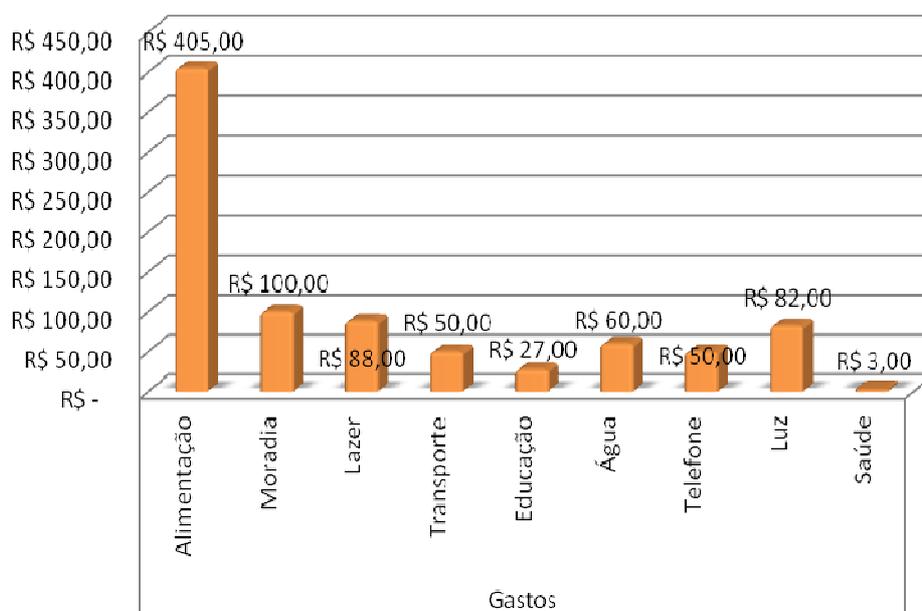


Fonte: Dados da Pesquisa

Figura 5: Quantidade de Moradores na Residência

A Figura 6, mostra os valores médios, para a amostra selecionada, das seguintes despesas: alimentação, moradia, lazer, transporte, educação, água, telefone, luz e saúde.

Os dados da Figura 6 mostram que os usuários da Praça Tiradentes gastam, em média, R\$ 405,00 com alimentação, R\$ 100,00 com moradia, R\$ 88,00 com lazer, R\$ 50,00 com transporte, R\$ 27,00 com educação, R\$ 60,00 com água, R\$50,00 com telefone, R\$ 82,00 com luz e R\$ 3,00 com saúde.



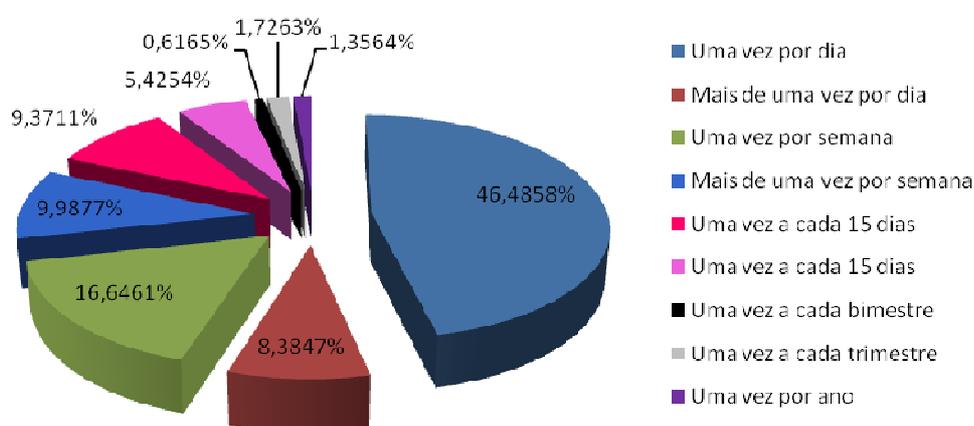
Fonte: Dados da Pesquisa

Figura 6: Média dos Gastos Familiares

Durante a entrevista, foi perguntado com qual frequência os entrevistados visitavam a Praça Tiradentes. Os resultados encontrados, conforme apontado pela Figura 7, foram: 46,4858% frequentam a Praça Tiradentes uma vez ao dia, 8,3847% frequentam mais de uma vez por dia, 16,6461% visitam a praça uma vez por semana, 9,9877% mais de uma vez por semana, 9,3711% uma vez a cada 15 dias, 5,4254% uma vez a cada 15 dias, 0,6165% uma vez a cada bimestre, 1,7263% frequentam a Praça uma vez a cada trimestre e 1,3564% uma vez por ano.

Teófilo Otoni foi fundada em 7 de Setembro de 1853, e possui muitas características de urbanização típicas do Brasil Império, uma delas é o fato de que o desenvolvimento partiu do centro da cidade, que tem a Praça Tiradentes como ponto de origem, sendo entrecortado por poucas ruas, que à época vagueavam charretes, sem apresentar escoamento do fluxo diário de pedestres e veículos, concentração da movimentação comercial basicamente no entorno da mesma.

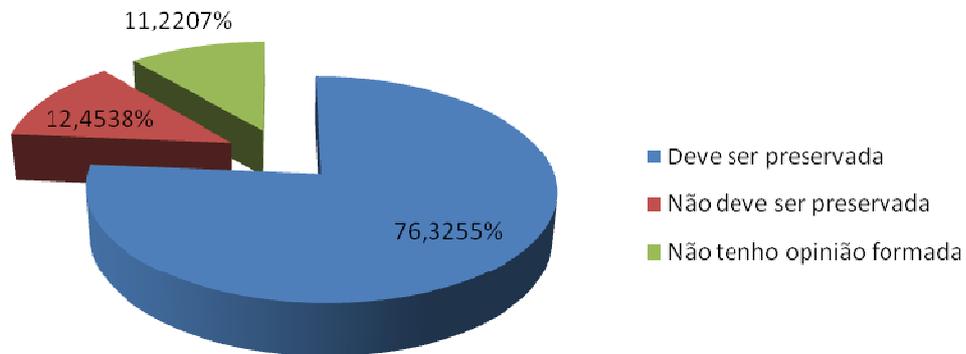
A questão histórica, somada ao fato do município ainda não contar com um Plano Diretor, apesar da expressa exigência do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257 de 10 de Julho de 2001), contribuiu para que pouca coisa mudasse desde à época da fundação de Teófilo Otoni. Ainda hoje, a maioria das soluções diárias da população, seja urbana, rural, ou das cidades circunvizinhas, passa pela Praça Tiradentes, o que ocasiona a grande frequência das visitas à praça justificando o elevado percentual de pessoas que dizem que visitam a praça uma vez por dia ou mais de uma vez por dia (54,8705%).



Fonte: Dados da Pesquisa

Figura 7: Frequência da Visita à Praça Tiradentes

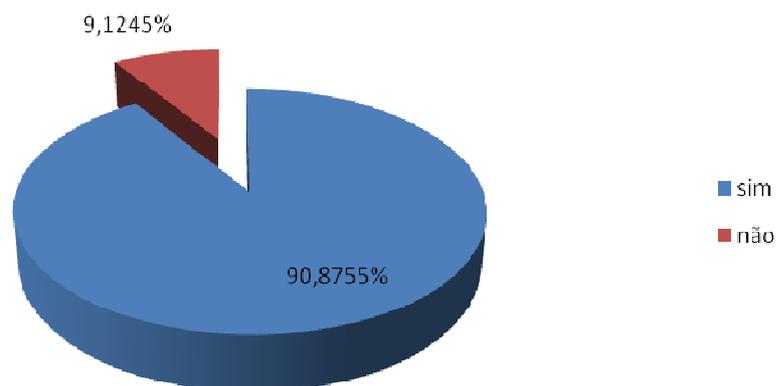
Visando identificar a existência ou não de consciência ambiental nos usuários da Praça Tiradentes, foi feita a seguinte pergunta aos entrevistados: pensando na Praça Tiradentes, você acha que ela deve ser preservada/conservada ou você acha que não tem muito motivo para ser preservada/conservada? Todos os entrevistados responderam à essa pergunta, e observou-se que 11,2207% não possuem uma opinião formada à esse respeito, 12,4538% acham que a Praça Tiradentes não deve ser preservada e 76,3255% dos entrevistados acham que a Praça Tiradentes deve ser preservada (Figura 8). Percebe-se que a opinião das pessoas indagadas está de encontro com a preocupação global para com assuntos relacionados à degradação e, conseqüentemente, à preservação ambiental.



Fonte: Dados da Pesquisa

Figura 8: Preservação da Praça Tiradentes

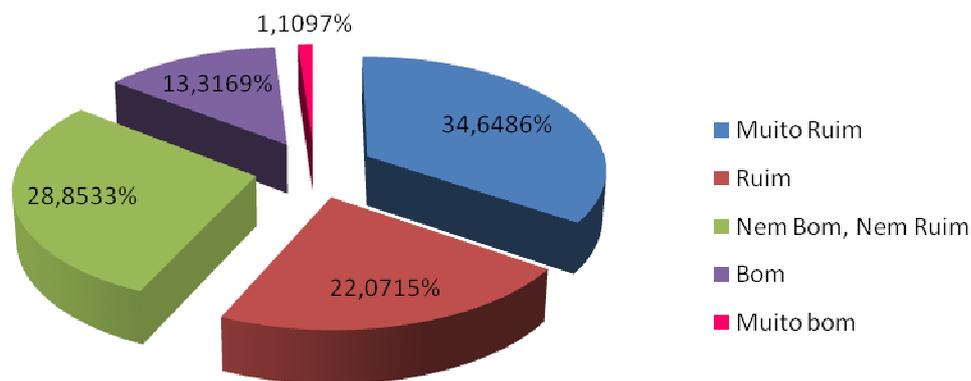
Quando indagados se a existência, manutenção e conservação da Praça Tiradentes possibilitavam à sociedade uma melhoria no nível de vida, 90,8755% dos entrevistados responderam que sim e 9,1245% responderam que não (Figura 9).



Fonte: Dados da Pesquisa

Figura 9: Manutenção da Praça Tiradentes e Melhoria no Nível de Vida

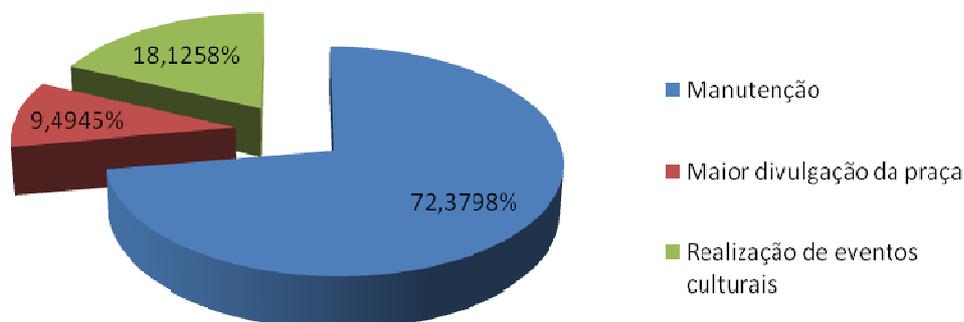
Para verificar os aspectos relativos ao sentimento dos entrevistados em relação à Praça Tiradentes, foi solicitado que cada entrevistado atribuisse uma nota para a Praça. Segundo aponta a Figura 10, apenas 1,1097% dos entrevistados atribuem nota equivalente a muito bom para a Praça, 13,3169% atribuíram nota equivalente a bom, 28,8533% acham que não é bom nem ruim, 22,0715% acham que é ruim e 34,6486% atribuíram nota equivalente à muito ruim. Ao analisar esse dado é possível perceber que ao serem indagados em relação à preservação ambiental, 76,3255% dos entrevistados afirmaram que a Praça deve ser preservada, entretanto mais da metade das pessoas pesquisadas (56,7201%) atribuíram nota equivalente à muito ruim ou ruim.



Fonte: Dados da Pesquisa

Figura 10: Nota atribuída à Praça Tiradentes

Apesar de grande parte dos entrevistados terem uma consciência ambiental, de que a Praça deve ser preservada, a maioria vê a mesma como muito ruim ou ruim, o que demonstra uma necessidade de aprimorar alguns aspectos da Praça Tiradentes. Para verificar estes aspectos, cada entrevistado foi instado a citar o que eles achavam que poderia melhorar. A análise da Figura 11, permite afirmar que para 72,3798% do total de entrevistados, o que deve melhorar é a manutenção da Praça Tiradentes, 18,1258% acreditam que deveria melhorar a realização de eventos culturais e 9,4945% disseram que deveria acontecer uma maior divulgação da Praça.



Fonte: Dados da Pesquisa

Figura 11: O que Poderia Melhorar na Praça Tiradentes

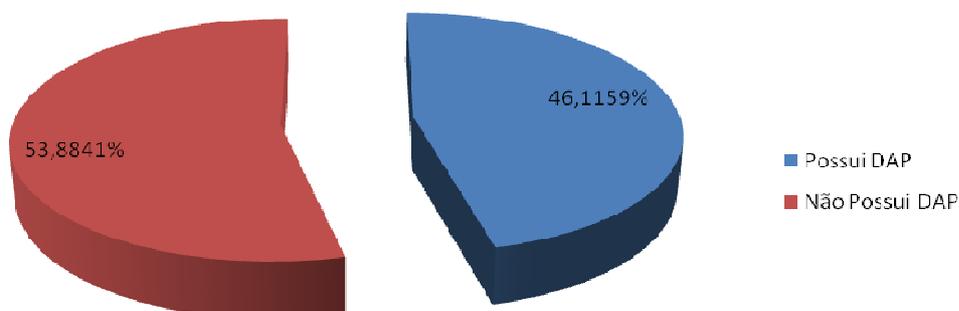
## 5.2 Análise da Disposição a Pagar

Partindo da premissa básica do MVC, criou-se um cenário hipotético visando descobrir qual o percentual de pessoas que estariam dispostos a contribuir, e quanto estariam dispostas a pagar, para a manutenção dos recursos ambientais da Praça Tiradentes. Foi solicitado a cada pessoa que considerasse seus gastos pessoais e familiares em relação à educação, saúde, alimentação, lazer e transporte e, supondo que a Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni, com certeza utilizaria esses recursos para revitalização e manutenção da Praça Tiradentes, quanto estaria disposto a pagar para possibilitar a manutenção, conservação e preservação da Praça Tiradentes para que todos possam usufruir.

Por se tratar de um bem público, precisamente um ativo permanente, a disposição a pagar pela manutenção das funções da Praça Tiradentes de Teófilo Otoni caracteriza-se a partir da preferência pelo bem e do grau de conscientização da população urbana do município em relação à preservação e conservação dos recursos naturais ali existentes.

Os resultados apresentados na Figura 12, mostram que 46,1159% dos entrevistados manifestaram espontaneamente interesse em pagar para possibilitar a

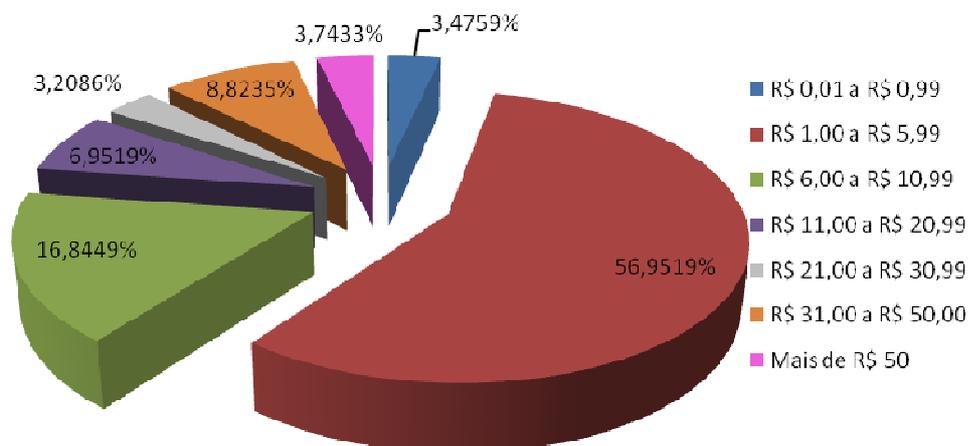
manutenção, conservação e preservação da Praça Tiradentes e que 53,8841% não estariam dispostos a contribuir.



Fonte: Dados da Pesquisa

Figura 12: Percentual de pessoas que manifestaram e não manifestaram DAP

No que se refere aos valores das contribuições (Figura 13), as respostas apresentam mais da metade os entrevistados de demonstraram disposição a pagar estão interessados em contribuir com valores compreendidos entre R\$ 1,00 e R\$ 5,99 (56,9519%), 16,8449% estão dispostos a contribuir com valores compreendidos entre R\$ 6,00 e R\$ 10,99, 6,9519% afirmaram querer colaborar com valores entre R\$ 11,00 e R\$ 20,99, 3,2086% com valores que entre R\$21,00 a R\$ 30,99, 8,8235% de R\$ 31,00 a R\$ 50,00, 3,7433% mais de R\$ 50,00 e 3,4759% entre R\$ 0,01 e R\$ 0,99.



Fonte: Dados da Pesquisa

Figura 13: Valor da DAP

Com base nos dados da amostra, tem-se o valor da DAP dos entrevistados a média dos lances oferecidos por cada um, assim o valor médio da DAP alcançado pelo Método de Valoração Contingente, quando considerados os votos de protesto (DAP igual a 0) é equivalente, em média, à R\$ 6,37. Ao excluir os votos de protesto a DAP aumenta significativamente e passa a figurar, em média, R\$ 13,81.

O cálculo da Disposição a Pagar Total Anual foi realizado através da fórmula:

- $DAPT = \sum DAPM \times [ni/N] \times \text{população da cidade} \times 12$

Onde:

- DAPT: Disposição a Pagar Total;
- DAPM: Disposição a Pagar Média;
- ni: Número de entrevistados dispostos a pagar; e
- N: Número total de entrevistados

Levando-se em consideração o valor médio da DAP e tendo por base o senso demográfico IBGE (2010), que evidencia a população de Teófilo Otoni corresponde a 134.745 habitantes tem-se:

- $DAPT = R\$ 6,37 \times [374/811] \times 134.745 \times 12 = R\$ 4.749.895,83$
- $DAPT = R\$ 13,81 \times [374/811] \times 134.745 \times 12 = R\$ 10.297.654,85$

Portanto a DAP populacional anual é igual a R\$ 4.749.895,83 quando considerados os votos de protesto e R\$ 10.297.654,85 quando os mesmos são excluídos.

Observa-se uma variação de 216,7975% da DAP quando a mesma é calculada com os votos de protesto e quando estes são excluídos. Assim, é possível afirmar que os 46,1159% da amostra que está disposta a contribuir pretende oferecer valores elevados. Isto posto, percebe-se que o valor que a população disposta a contribuir, atribui um valor significativo à Praça Tiradentes.

Ao analisar a DAP por faixa etária (Tabela 3), observa-se que os entrevistados com idade entre 36 e 45 anos foram os que apresentaram o maior percentual de votos de protesto (60,3448%) e as pessoas com idade entre 56 e 65 anos foram as que apresentaram o maior percentual de DAP. Tal evento pode ser explicado pelo fato de as pessoas mais velhas terem construído sua vida no entorno da praça, portanto existe um valor sentimental e uma sensação de que são os proprietários Praça Tiradentes.

Este resultado demonstra que pessoas mais amadurecidas são mais conscientes no que se refere à utilização sustentável dos recursos ambientais e a conservação dos mesmos. Isso pode ter ocorrido porque a população mais velha possui um sentimento de pertencimento para com a Praça Tiradentes, uma vez que a cidade se desenvolveu no entorno da praça e essa faixa etária cresceu nesse entorno. O que mais impressiona é o fato de gerações que cresceram sob a égide do discurso ambientalmente correto iniciado com o Rio-92, não evidenciou grande interesse em contribuir com a preservação da Praça Tiradentes.

Tabela 3: DAP por Faixa Etária

DAP (R\$)	Faixa Etária						Total Geral
	16-25	26-35	36-45	46-55	56-65	Acima de 65	
0	51,30%	57,34%	60,35%	51,85%	44,12%	53,52%	53,88%
0,01 a 0,99	2,61%	2,30%	0%	0,93%	0%	1,41%	1,60%
1 a 5,5	16,09%	22,02%	32,75%	37,96%	39,70%	30,99%	26,26%
6 a 10	13,91%	8,26%	2,57%	3,70%	5,89%	2,82%	7,77%
11 a 20	3,48%	3,67%	1,72%	0,93%	4,42%	5,63%	3,20%

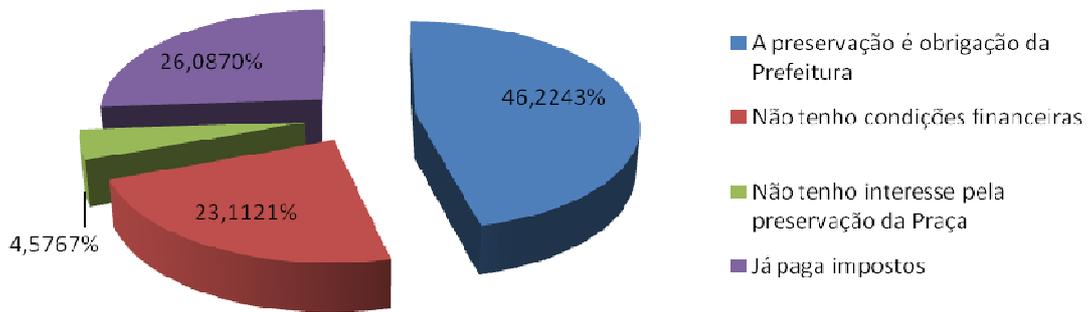
21 a 30	0,87%	0,46%	0,86%	1,85%	4,41%	4,22%	1,48%
31 a 50	7,40%	5,05%	1,72%	0,92%	1,47%	1,41%	4,07%
Mais de 50	4,35%	0,92%	0%	1,8519%	0%	0%	1,73%
Total sem os votos de protesto	48,70%	42,66%	39,65%	48,15%	55,88%	46,48%	46,12%
Total com os votos de protesto	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

Muito chama a atenção o percentual da população que não manifestou disposição a pagar (53,8841%), pois ao confrontar este dado com o nível de interesse da preservação ambiental da Praça, observa-se que foi significativo o percentual de pessoal que responderam que a praça deve ser preservada (76,3255%). Outro fator intrigante é que 90,8755% da população pesquisada acreditam que a manutenção da praça contribui para um nível de vida melhor, entretanto quando indagados sobre a disposição a pagar, mais da metade manifestou-se contrária.

O que ocorre com grande parte da população teofilotonense que compôs a amostra, é que estes possuem a concepção de que o bem público serve para ser usufruído sem que tenham a responsabilidade pela sua conservação. Demonstram que por ser um “bem do Governo”, é também responsabilidade do Governo em preservar e manter o bem inalterado, e simplesmente cabe aos usuários utilizar sem a preocupação em preservar. Entretanto, esquecem que o mesmo é mantido por recursos do Estado, e este mantido pelos usuários da Praça, portanto a utilização responsável dos bens públicos proporciona, na realidade, uma economia para o cidadão. Os usuários que tem consciência em relação à questão ambiental são, em sua maioria, os mesmos que não querem deixar de gozar de sua estabilidade nos gastos diários, para contribuir com a manutenção e preservação de um recurso ambiental que consideram importante para a melhoria da sua qualidade de vida.

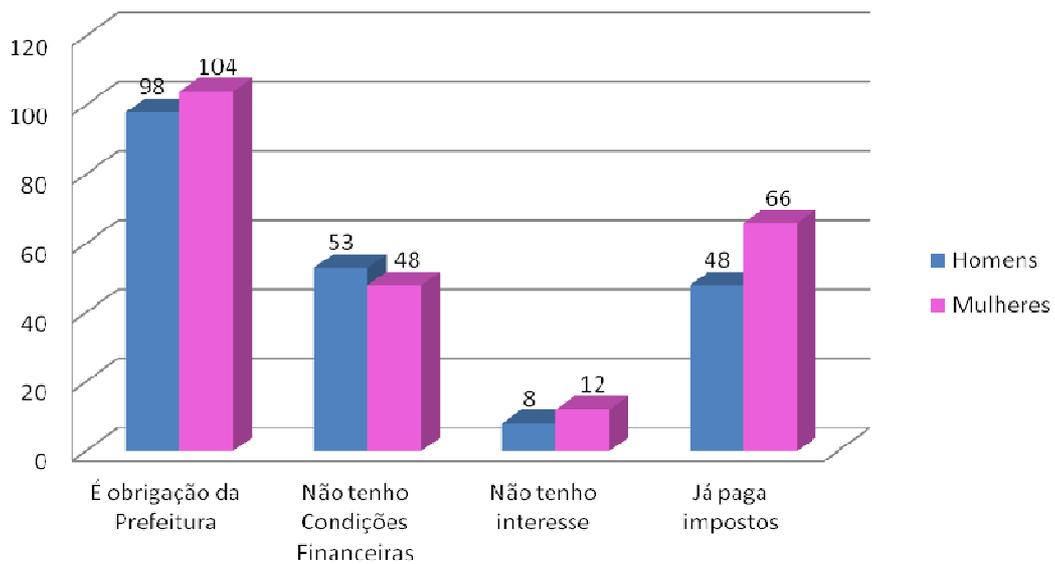
Os entrevistados que manifestaram indisposição a pagar, apresentaram 4 razões para demonstrarem seu desinteresse. Observando a Figura 14, é possível perceber que 46,2243% transferem a responsabilidade para Prefeitura, 23,1121% afirmam não ter condições financeiras para contribuir, 4,5767% afirmam não ter interesse pela preservação da Praça Tiradentes e 26,0870% dizem que já pagam impostos.



Fonte: Dados da Pesquisa

Figura 14: Motivos para não apresentar DAP

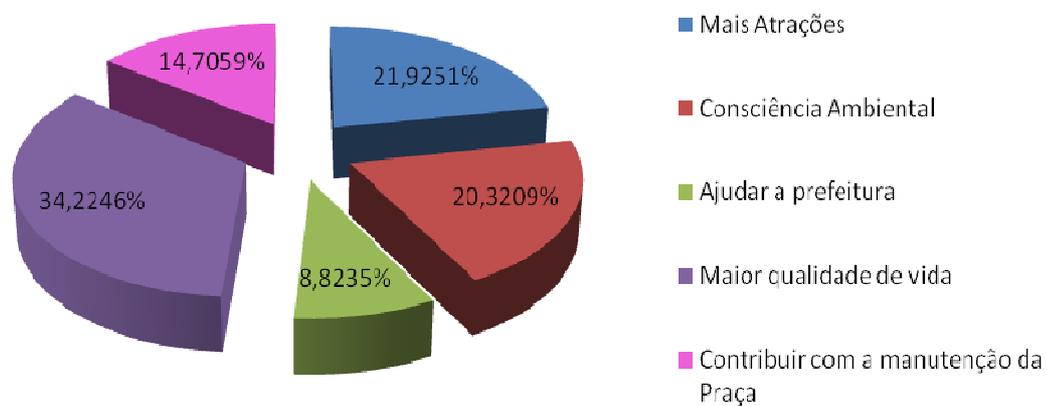
A Figura x apresenta os motivos para não apresentar DAP separados por sexo. Observa-se que 104 mulheres e 98 homens responderam que a preservação da Praça Tiradentes é obrigação da Prefeitura, 48 mulheres e 53 homens afirmaram que não tem condições financeiras para contribuir, 12 mulheres e 8 homens disseram que não tem interesse e 66 mulheres e 48 homens alegaram que já pagam impostos, portanto não estão dispostos a contribuir.



Fonte: Dados da Pesquisa

Figura 15: Motivos para não apresentar DAP separados por sexo

Quando perguntado qual o principal motivo por ter disposição a pagar, os entrevistados apresentaram diversas razões para justificarem sem interesse. Observando a Figura 15, é possível perceber que a maioria (34,2246%) pretendem contribuir para que possam ter uma maior qualidade de vida, 21,9251% entrevistados manifestaram interesse em mais atrações, 20,3209% pretendem contribuir por consciência ambiental, 14,7059% afirmaram que o principal motivo é contribuir com a manutenção da praça e 8,8235% tem interesse em ajudar a Prefeitura.



Fonte: Dados da Pesquisa

Figura 16: Principal Motivo para DAP

Portanto, é pertinente constatar que, com base nos resultados desse estudo, a população entrevistada torna-se ambígua. Muitos querem, e possuem consciência ambiental de que algo deve ser feito para melhorias contínuas na Praça Tiradentes, mas instados a contribuir, dizem não ter o compromisso para com tal situação.

### 5.3 Resultados Estatísticos do Modelo Estudado

A disposição a pagar dos entrevistados, com o intuito de possibilitar a manutenção, conservação e preservação da Praça Tiradentes para eles e seus familiares atuais e futuros possam usufruir dos benefícios proporcionados pela praça, foi obtida

por meio das respostas espontâneas ao formulário utilizado nesse estudo. Visando alcançar a melhor forma estrutural que apresentasse o comportamento das variáveis obtidas empregou-se a técnica estatística da regressão. Para tanto, utilizou-se a DAP\_DAMMY, isto é, classificou-se as pessoas em: Com Disposição a Pagar e Sem Disposição a Pagar, foi considerada como variável dependente e todas as demais como independentes. Assim, 8 regressões diferentes foram realizadas para a determinação da DAP pela praça. Os resultados de todas as regressões encontram-se no (Apêndice B)

Dentre os resultados obtidos, o modelo VIII foi o mais adequado para a análise, uma vez que é estatisticamente válido, apresentando um p-valor igual a 0,0000, ou seja está abaixo do erro de 5% aceito nesse estudo (Tabela 4). Além disso, o modelo VIII apresentou um R<sup>2</sup> Ajustado equivalente à 0,837363739, ou seja 83,7364% das variáveis combinadas explicam o modelo, conforme pode ser observado na Tabela 5.

Tabela 4: Resumo do Modelo VIII

R	R <sup>2</sup>	R Ajustado
0,915843	0,838769	0,837363739

Fonte: Dados da Pesquisa

A função econométrica utilizada nessa pesquisa para identificar qual a relação entre as variáveis do modelo proposto foi:

- $DAP = \beta_0 + \beta_1 \times \text{Porque Não Pagaria} + \beta_2 \times \text{Principal Motivo Para DAP} + \beta_3 \times \text{Manutenção e Melhoria no Nível de Vida} + \beta_4 \times \text{O Que Poderia Melhorar} + \beta_5 \times \text{Renda Pessoal} + \beta_6 \times \text{Renda Familiar} + \beta_7 \times \text{Gasto Moradia}$

A análise das regressão apresentada pelo modelo VIII (Tabela 6), apontam um efeito marginal, onde a DAP tende a diminuir R\$ 0,14 na medida em que a população acreditar que a manutenção da praça é obrigação da prefeitura. Por outro lado a DAP tende a aumentar R\$0,14 proporcionalmente à maior qualidade de vida desejada, e quanto mais a população acredita que a manutenção da praça proporciona uma melhor qualidade de vida a DAP aumenta R\$0,08

A questão da manutenção da Praça Tiradentes é um elemento tão almejado, que população estaria disposta a pagar R\$ 0,02 a mais desde que a praça tivesse uma manutenção melhor. Observa-se ainda, no modelo utilizado, que quanto maior a renda pessoal, a DAP tende a cair R\$ 0,02, contudo quanto maior a renda familiar a DAP tende a aumentar R\$ 0,04.

Tabela 5: Modelo de Regressão VIII

Modelo VIII	Coeficientes		Coeficientes Padronizados		Sig.
	B	Erro Padrão	Beta	B	
Variáveis independentes	0,23	0,060906		3,758961	0,000183
Porque Não Pagaria	-0,14	0,00595	-0,49012	-24,0597	9,62E-97
Principal Motivo Para DAP	0,14	0,005739	0,483173	23,56378	9,88E-94
Manutenção e Melhoria no Nível de Vida	0,08	0,024976	0,043588	3,021051	0,002599
O Que Poderia Melhorar	0,02	0,009233	0,029475	2,036424	0,042035
Renda Pessoal	-0,02	0,007096	-0,05001	-3,02356	0,002578
Renda Familiar	0,04	0,008622	0,072758	4,317084	1,78E-05
Gasto Moradia	0,00	3,14E-05	-0,03845	-2,61275	0,00915

Fonte: Dados da Pesquisa

#### 5.4 Custos de Manutenção da Praça Tiradentes

Quando se analisa o balancete de despesas públicas do Município de Teófilo Otoni, verifica-se que não existe uma discriminação detalhada dos custos de manutenção da Praça Tiradentes. Os gastos com a manutenção de todas as praças do Município são alocados em uma conta global, o que inviabiliza a identificação dos custos de manutenção de cada uma das praças da cidade (Tabela 7).

Ao não disponibilizar informações claras de como os recursos públicos previstos no orçamento estão sendo efetivamente utilizados, a administração municipal desrespeita o artigo 1º da Lei Complementar nº 131, quando diz que a transparência será assegurada por meio da liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.

Tabela 6: Balancete de Despesas por Dotação – Manutenção de Praças Parques e Jardins

Dezembro	Orçado	Anulado	Créditos	Empenhado
----------	--------	---------	----------	-----------

Contratação por Tempo Determinado	R\$ 30.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 135.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 0,00	R\$ 58.660,68
Material de Consumo	R\$ 60.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 0,00	R\$ 10.078,18
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$2.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$5.000,00	R\$ 0,00	R\$ 8.000,00	R\$ 7.567,00
Equipam. Mat. Permanente De Dom. Pat	R\$5.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 237.000,00</b>	<b>R\$ 80.000,00</b>	<b>R\$ 8.000,00</b>	<b>R\$ 88.694,14</b>

Fonte: Balancete de Despesas da Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni

Verificando Orçamento Público Municipal para a manutenção de praças, parques e jardins, percebe-se que houve uma previsão orçamentária significativa, equivalente a R\$ 237.000,00, entretanto esse orçamento anual foi reformulado, onde a Prefeitura anulou R\$ 80.000,00 previstos para serem gastos com vencimentos e vantagens fixas (R\$ 60.000,00) e material de consumo (R\$ 20.000,00). Tal prática é perfeitamente aceita desde que expressamente autorizada na Lei Orçamentária Anual.

A realidade é que o total gasto durante 2010 com a manutenção de todas as praças da cidade é exíguo, necessitando de um esclarecimento maior do que na realidade é desembolsado com cada praça e, principalmente, o por que foi gasto apenas 56,4931% do valor planejado para ser utilizado durante o ano, uma vez que existe um planejamento de despesas que comporta, inicialmente, R\$ 237.000,00 em despesas do gênero e que é notória a falta de manutenção não somente na Praça Tiradentes, como em muitas outras praças da cidade.

Em relação ao orçamento proposto pelo município, a única despesa que pode ser facilmente percebida é a de salários, mas carece de informações complementares de onde realmente são alocados os demais recursos. Ao analisar essa dotação orçamentária, é possível perceber a grande falta de um planejamento, que se inicia na Lei Orçamentária Anual (LOA) ao prever um orçamento de R\$ 135.000,00 para serem empregados em vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil e outros R\$ 30.000,00 para contratação por tempo determinado, o que representam 70% do total previsto para essa dotação.

É fato que ao final do exercício, a Prefeitura desembolsou 36% para gastos com pessoal, entretanto o que pretende ser mostrado aqui é a total falta de suporte técnico

para o planejamento orçamentário, uma vez que o mesmo não respeita os preceitos do artigo 19, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que salienta que a despesa total com pessoal, ativo e inativo, em cada exercício de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder, no caso dos Municípios, 60% da receita corrente líquida. Portanto, um bom planejamento deve respaldar o Município a fim de cumprir esse dispositivo não alocando previsão de gastos superiores ao que pode ser gasto, o que, conseqüentemente, inviabiliza a alocação de recursos em outras áreas, onde realmente poderiam ser empregados.

Outro ponto que deve ser lembrado é o fato da transparência das contas públicas. A LRF, em seu artigo 1º, parágrafo 1º, profere que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente. Isso coaduna com um dos princípios do Direito Administrativo, a Publicidade, em que todos os atos e fatos administrativos devem ser públicos.

### **5.5 Evidenciação do Valor Econômico da Praça Tiradentes no Balanço Patrimonial**

No que tange ao Balanço Patrimonial do Município de Teófilo Otoni, a Prefeitura não divulgou dados sobre o que efetivamente compõe o patrimônio do Município. Sob o prisma das normas previstas na LRF, os instrumentos de transparência na gestão fiscal são os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos. Assim, a não divulgação dos dados patrimoniais não implica em um descumprimento da legislação, uma vez que a Prefeitura não é obrigada a fazê-la. Assim, a evidenciação do valor econômico da Praça Tiradentes no Balanço Patrimonial da Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni será demonstrada de maneira exemplificada.

Para efetuar o lançamento, optou-se por utilizar a DAP Populacional considerando os votos de protestos (R\$ 10.299.907,80) como valor patrimonial uma vez que os votos de protesto representaram 53,8841% das respostas da população o que influenciou diretamente no resultado, portanto tais respostas devem ser consideradas.

Partindo da suposição que a Prefeitura Municipal não tenha escriturado o valor econômico da Praça Tiradentes em seu Balanço Patrimonial, o lançamento deverá ser feito com um débito na conta Praça Tiradentes que deverá figurar no Balanço

Patrimonial e com um crédito na conta Valorização e Ganhos com Ativos que figura na Demonstração das Variações Patrimoniais, conforme aponta a Figura 16.

<b>Balanco Patrimonial - Ativo Permanente Praça Tiradentes</b>	<b>Demonstração das Variações Patrimoniais Valorização e Ganhos com Ativos</b>
R\$ 4.749.895,83	R\$ 4.749.895,83

Fonte: Dados da Pesquisa

Figura 17: Lançamento Contábil do valor da Praça Tiradentes

Vale ressaltar que caso exista um valor patrimonial para a Praça Tiradentes que já esteja escriturado no Balanço Patrimonial da Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni, o lançamento deverá ser feito seguindo a mesma sistemática de débito e crédito apresentada acima, entretanto o valor de mercado encontrado para a praça deverá ser deduzido do valor pré-existente representado na Figura 17 como “X”.

<b>Balanco Patrimonial - Ativo Permanente Praça Tiradentes</b>	<b>Demonstração das Variações Patrimoniais Valorização e Ganhos com Ativos</b>
R\$ 4.749.895,83 - X	R\$ 4.749.895,83 - X

Fonte: Dados da Pesquisa

Figura 18: Lançamento Contábil do valor da Praça Tiradentes supondo um valor pré-existente

## 6 CONCLUSÃO

O objetivo principal deste trabalho foi mensurar economicamente a Praça Tiradentes de Teófilo Otoni, considerando os seus aspectos tangíveis e intangíveis. A partir dos dados revelados após a tabulação dos formulários, calculou-se a disposição a pagar dos usuários da praça. Estes dados permitem oferecer ao gestor público um mecanismo para sustentar as tomadas de decisões relacionadas à alocação de recursos no que tange à preservação do patrimônio público.

O tema se mostrou relevante na medida em que se pretende, a partir dos resultados obtidos, conscientizar os gestores públicos quanto à importância da preservação ambiental, o que vem incrementar os esforços atuais, na manutenção e preservação da Praça Tiradentes, complementando-se ações já existentes com maiores investimentos na sua infra-estrutura, a fim de que aquela se torne uma área de lazer mais atrativa aos seus usuários.

Assim, empregando-se do Método de Valoração Contingente chegou-se à uma DAP de R\$ 6,37 quando considerados os votos de protesto e R\$ 13,81 quando os mesmos são excluídos. O valor de uso anual equivalente a R\$ 4.749.895,83 utilizando a DAP geral e R\$ 10.297.654,85 quando os votos de protestos são excluídos. Os valores apresentados não podem, contudo, representar um ponto final neste estudo.

A análise econômica é uma importante ferramenta para auxiliar a gestão pública no processo de tomada de decisão, logo deve ser incorporada ao processo de gestão. À medida que os custos e benefícios são identificados e, conseqüentemente, podem ser transformados em valores monetários passam a ser informações estimadas no contexto da gestão. Para tanto, é preciso levar em consideração tanto os valores tangíveis quanto os intangíveis dos recursos naturais.

As políticas públicas voltadas para a administração dos recursos naturais devem buscar garantir a utilização sustentável do meio ambiente. Desse modo, é indispensável que as organizações públicas estejam tecnicamente respaldadas para atender a estes desígnios, com a visão voltada para o interesse público, de modo que utilizem os recursos públicos de maneira adequada e consciente.

O planejamento dará suporte técnico à gestão fiscal, entretanto, o ato de planejar, principalmente no que tange à gestão ambiental, necessita estar respaldado de parâmetros científicos para identificar o valor econômico dos seus recursos naturais.

Entretanto, sabe-se que a Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni é totalmente desprovida desses parâmetros. Assim, outros estudos sobre o tema serão de grande relevância.

Pela pesquisa, observa-se de que a população teofilotonense está consciente da necessidade e da importância da preservação ambiental e acredita que a natureza proporciona uma melhor qualidade de vida. Assim, o uso adequado dos recursos públicos destinados à manutenção de praças e parques garantirá à sociedade de um modo geral, uma melhor qualidade de vida.

À população, não basta somente ter uma consciência ambiental ou ter noção de que o status de preservação bastará, deve-se ter consciência, antes de tudo, para manter essa relação. À prefeitura cabe zelar pela adequada utilização de recursos públicos o que comina na manutenção e preservação da Praça Tiradentes.

Sugere-se que novos estudos de valoração ambiental sejam realizados na Praça Tiradentes. Aconselha-se também a utilização do Método de Valoração Contingente, uma vez que a praça possui um valor sentimental embutido ao seu valor de uso. Vale ressaltar que esta é a primeira vez que se aplicam técnicas de valoração econômica na Praça Tiradentes, logo, novos estudos permitirão definir parâmetros para análises e comparação com esse trabalho.

O principal problema relacionado a esta pesquisa, refere-se, principalmente à falta de registros referentes à estudos semelhantes, para que viabilize a comparação entre os resultados obtidos neste trabalho com outros resultados de técnicas utilizadas na estimativa de valores monetários de ativos ambientais públicos.. Por outro lado, esta pesquisa apresenta de um vasto banco de dados a respeito da opinião pública sobre a preservação e conservação da Praça Tiradentes de Teófilo Otoni – MG e de questões ambientais de uma forma em geral.

Apesar das críticas apontadas para o Método de Valoração Contingente, este apresenta uma das abordagens mais eficientes para a valoração de ativos públicos, especialmente ativos ambientais. Pesquisas sérias, desenvolvidas por pesquisadores no assunto, que reconheçam a indispensável multidisciplinaridade exigida pelo tema, contribuindo não apenas para a validação e evolução do método, mas sobretudo para um processo mais seguro e acertado de tomada de decisões pelo setor público

Portanto, na tentativa de conciliar o estudo proposto com a problemática ambiental, os resultados alcançados tiveram a intenção de contribuir para a ampliação

do debate, não somente sobre a problemática ambiental mas, principalmente, despertar a atenção sobre novas metodologias de gestão pública ambiental.

## REFERÊNCIAS

ABAD, Maria da Conceição Estrella. **Valoração Econômica do Meio Ambiente: O Método de Valoração Contingente no Brasil**. 130 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2002. Disponível em: <http://vsites.unb.br/face/eco/ceema/mestradodissertacoes.html>. Acesso em 01 set. 2010.

AGUINAGA, Karyn Ferreira Souza. A Proteção do Patrimônio Cultural Imaterial e os Conhecimentos Tradicionais. In: XV Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, 2006. **Anais...** Manaus: CONPEDI, 2006. Disponível em: [http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/manaus/estado\\_dir\\_povos\\_karyn\\_s\\_aguinaga.pdf](http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/manaus/estado_dir_povos_karyn_s_aguinaga.pdf). Acesso em: 05 set. 2010.

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal: Métodos com base na LC nº 101/00 e nas Classificações Contábeis Advindas da SOF e STN**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BELLUZZO JR., Walter. Avaliação contingente para a valoração de projetos de conservação e melhoria dos recursos hídricos. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 9, n. 1, p. 113-136, abr.1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm). Acesso em: 18 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.320, de 17 de Março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial da União. Brasília, 17 mar. 1964. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm) Acesso em: 24 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 31 de ago. 1981. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm) Acesso em: 18 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, 12 de jan. 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/L10406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406compilada.htm) Acesso em: 24 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 04 de mai. 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm)> Acesso em: 04 set. 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 131, de 27 de Maio de 2009.** Acrescenta dispositivos à Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Diário Oficial da União. Brasília, 27 de mai. 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm)> Acesso em: 04 set. 2011.

BORGER, F. G. **Valoração econômica do meio ambiente: aplicação da técnica avaliação contingente no caso da Bacia do Guarapiranga.** 126 f Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental). Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-04022002-105347/es.php>>. Acesso em: 11 set. 2011.

BREEDLOVE, J. Natural Resources: Assessing Nonmarket Values Through Contingent Valuation. In: Report for Congress Congressional Research Service, 1999. **Anais...** CRS, 1999. Disponível em: <<http://www.cnie.org/nle/nrgen-24.htm>>. Acesso em: 11 set. 2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.137, de 21 de Novembro de 2010.** Aprova a NBC T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público. Brasília, 2008. Disponível em: <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade\\_governamental/download/RES\\_CFC11372008\\_NBC\\_T1610\\_Aval\\_Mensur\\_Ativos\\_Passivos\\_Entidades\\_Setor\\_Publico.pdf](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/download/RES_CFC11372008_NBC_T1610_Aval_Mensur_Ativos_Passivos_Entidades_Setor_Publico.pdf)>. Acesso em: 04 set. 2011

FAGUNDES, Jair Antônio et al. Perícia Contábil Trabalhista: Um estudo multi-caso em processos lotados no Tribunal de Justiça do Trabalho da Comarca de Sorriso (MT). **Contexto**, v. 8, n. 14, p. 1-23, 2º semestre, 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/ConTexto/article/view/11092>>. Acesso em: 04 jun. 2011.

FRITSCH, Roseli Márcia. **Valoração Econômica do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães Utilizando o Método de Custo Viagem.** 130f. Dissertação (Mestrado em Gestão Econômica do Meio Ambiente) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2005. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/face/eco/ceema/mestradodissertacoes.html>>. Acesso em: Acesso em: 28 ago. 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 5 ed.: São Paulo, Atlas, 1999

KOHAMA, Heilio. **Balancos Públicos: Teoria e Prática**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

\_\_\_\_\_. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2006

\_\_\_\_\_. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Robison Gonçalves de. **Contabilidade Pública: Integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem)**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MAIA, Alexandre Gori. **Valoração de Recursos Ambientais**. 2002. 199 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002. Disponível em: < TTP://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000243573>. Acesso em 05 set. 2010

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Espedito Cezário. **O Turismo como Alternativa de Desenvolvimento Sustentável: O Caso de Jericoacoara no Ceará**. 180 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: < TTP://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-26072002-163354/pt-br.php>. Acesso em: 05 set. 2010.

MARTINS, Marcelo Costa. **Custos de Recuperação de Pastagem Degradada no Cerrado: Um Estudo da Microbacia do Córrego Lamarão – DF**. 94f. Dissertação (Mestrado em Gestão Econômica do Meio Ambiente) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2002. Disponível em: <http://vsites.unb.br/face/eco/ceema/mestradodissertacoes.html>. Acesso em: Acesso em: 28 ago 2011.

MATTOS, Katty Maria da Costa; MATTOS, Karem Maria da Costa; MATTOS, Arthur. Valoração Econômica do Meio Ambiente dentro do Contexto Sustentável. Revista Gestão Industrial, v. 1, n. 2, p. 105-117, jun, 2005. Disponível em:

<revistas.utfpr.edu.br/pg/index.php/revistagi/article/download/.../165> Acesso em: 15 ago. 2011

BELLUZZO JR., Walter. Avaliação contingente para a valoração de projetos de conservação e melhoria dos recursos hídricos. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 9, n. 1, p. 113-136, abr.1999.

MOTTA, Ronaldo Seroa da. **Economia Ambiental**. 1 ed. São Paulo: FGV, 2006

\_\_\_\_\_. **Manual para Valoração Econômica de Recursos Ambientais**. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Brasília, 1997.

Disponível em:

<HTTP://www.em.ufop.br/ceamb/petamb/cariboost\_files/manual\_20serroa\_20motta.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2010.

NUNES, Marcela Riccomi. **A Atuação dos Conselhos Municipais do Meio Ambiente na Gestão Ambiental**. 158 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Ambiental) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <HTTP://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6134/tde-16092010-191901/fr.php>. Acesso em: 05 set. 2011.

PUGAS, Maurício Alves Rodrigues. **Valoração Contingente de Unidades de Conservação: Avaliando a DAP Espontânea e Induzida da População de Rondonópolis (MT) pelo Horto Florestal**. 130 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Econômica do Meio Ambiente) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <HTTP://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/5738>. Acesso em 05 set. 2010.

RÚDIO, Franz Victor. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica**. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

SANTANA, Jorge Roberto Targino. **Valoração Econômica e Conserção do Meio Ambiente: Explorando a Disposição a Pagar de uma Comunidade de Baixa Renda**. 89 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Econômica do Meio Ambiente) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2002. Disponível em: <HTTP://vsites.unb.br/face/eco/ceema/mestradodissertacoes.html>. Acesso em: 28 ago 2011

SANTANA, Ricardo Félix; MOTA, José Aroudo. O Valor Econômico de Existência do Parque Nacional do Jaú (Amazonas). **Economia**, v. 30, n. 1, p. 49-63, jan./jun. UFPR, 2004. Disponível em:

<[HTTP://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/economia/article/viewArticle/2009](http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/economia/article/viewArticle/2009)>. Acesso em: 18 ago. 2010.

SCHVIRCK, Eliandro. Efeitos da Reavaliação de Ativos na Estrutura Patrimonial das Empresas. **Revista TECAP**, v. 2, n. 2, p. 37-43, anual. 2008. Disponível em: <[HTTP://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/CAP/article/view/905](http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/CAP/article/view/905)> . Acesso em: 18 ago. 2010.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Manual Técnico de Contabilidade Aplicado ao Setor Público**: Aplicado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Disponível em: <[HTTP://www.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade\\_governamental/procedimentos\\_contabeis/Minuta\\_PCASP.pdf](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/procedimentos_contabeis/Minuta_PCASP.pdf)>. Acesso em: 27 ago. 2011.

SILVA, Danny Monteiro da. **Dano Ambiental e sua Reparação**. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2010.

SILVA, Ermes Medeiros da et al. **Estatística para os Cursos de Economia, Administração e Ciências Contábeis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997. V. 1.

SILVA, Patrícia Reis da. **A Postura da Municipalidade na Preservação do Patrimônio Cultural Urbano**. 2006. 214 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/3341>>. Acesso em: 05 set. 2010.

SILVA, Vicente Gomes da. **Comentários a Legislação Ambiental**. 1. ed. Brasília: WD Ambiental, 1999

STAMPE, Marianne Zwilling; TOCCHETTO, Daniela Goya; FLORISSI Stefano. Utilizando a Metodologia de Valoração Contingente para estimar os benefícios gerados aos usuários pela Feira do Livro de Porto Alegre. In: XXXVI Encontro Nacional de Economia, 2008. **Anais...** Salvador: ANPEC, 2008. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807180032160-.pdf>> Acesso em: 18 ago. 2010.

**APÊNDICES**

## APÊNDICE A

### Formulário

Este formulário faz parte de minha monografia de conclusão de curso em Ciências Contábeis na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) que tem como objetivo mensurar economicamente a Praça Tiradentes de Teófilo Otoni, considerando seus aspectos tangíveis e intangíveis, visando oferecer uma ferramenta eficaz para auxiliar o gestor público na criação de políticas públicas voltadas para a preservação ambiental.

FILTRO 1: Você mora em Teófilo Otoni? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <b>SE NÃO – não aplique o formulário</b>
FILTRO 2: Qual a sua idade? (ANOTE) _____ <b>(SE INFERIOR A 16 ANOS, NÃO APLIQUE O FORMULÁRIO)</b>

**1. Sexo:**  Masculino  Feminino

**2. Qual o grau de escolaridade?**

- |  |   |   |
|--|---|---|
| <input type="checkbox"/> analfabeto          | <input type="checkbox"/> 1º grau completo   | <input type="checkbox"/> 1º grau incompleto |
| <input type="checkbox"/> 2º grau completo    | <input type="checkbox"/> 2º grau incompleto | <input type="checkbox"/> superior completo  |
| <input type="checkbox"/> superior incompleto | <input type="checkbox"/> especialização     | <input type="checkbox"/> mestrado           |
| <input type="checkbox"/> doutorado           |   |   |

**3. Qual sua profissão?**

- |   |  |  |
|---|--|--|
| <input type="checkbox"/> Profissional liberal | <input type="checkbox"/> Empresário(a) | <input type="checkbox"/> Comerciante(a)            |
| <input type="checkbox"/> Estudante            | <input type="checkbox"/> Dona de casa  | <input type="checkbox"/> Funcionário(a) público(a) |
| <input type="checkbox"/> Doméstica            | <input type="checkbox"/> Pensionista   | <input type="checkbox"/> Militar                   |
| <input type="checkbox"/> Desempregado(a)      |  |  |
- Outras (ANOTE): \_\_\_\_\_

**4. Qual sua renda mensal pessoal?**

- |   |   |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> até R\$ 560,00                 | <input type="checkbox"/> De R\$ 561,01 a R\$ 1.000,00   |
| <input type="checkbox"/> De R\$ 1.001,01 a R\$ 2.000,00 | <input type="checkbox"/> De R\$ 2.001,01 a R\$ 3.000,00 |
| <input type="checkbox"/> Acima de R\$ 3.000,00          |   |

**5. Qual sua renda mensal familiar?**

- |   |   |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> até R\$ 560,00                 | <input type="checkbox"/> De R\$ 561,00 a R\$ 1.000,00   |
| <input type="checkbox"/> De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00 | <input type="checkbox"/> De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00 |
| <input type="checkbox"/> De R\$ 3.000,01 a R\$ 4.000,00 | <input type="checkbox"/> Acima de R\$ 4.000,01          |

**6. Quantas pessoas residem em sua casa?** \_\_\_\_\_

**7. Em média, quanto, em reais, sua família, somando todos que moram com você gasta por mês com:**

Alimentação	_____	Água	_____
Moradia	_____	Luz	_____
Lazer	_____	Telefone	_____
Transporte	_____	Saúde	_____
Educação	_____		

A Praça Tiradentes, fica localizada na área central da sede do município de Teófilo Otoni, MG, Composta por dois jardins e com árvores centenárias, atrai a atenção de todos, não só por sua beleza, mas também pelos raros habitantes: “as preguiças”. Um atrativo à parte é a fonte luminosa musical, doada à cidade de Teófilo Otoni pelo governo alemão, na gestão do Prefeito Germano Augusto de Souza, sendo inaugurada no ano de 1953, época do centenário da cidade. Em 2001, a praça foi totalmente recuperada, o que incluiu, entre outras coisas a criação de novos canteiros floridos, construção do Espaço Cultural e do Anfiteatro e a restauração e modernização da Fonte Luminosa

**8. Com que frequência você vai à Praça Tiradentes de Teófilo Otoni?**

- Uma vez por dia                       Mais de uma vez p/ semana  
 Mais de uma vez por dia         Uma vez a cada 15 dias  
 Uma vez por semana                 Uma vez a cada bimestre  
 Uma vez por mês                       Uma vez a cada trimestre  
 Uma vez a cada semestre          Uma vez por ano  
 Não vou à praça

**9. Pensando na Praça Tiradentes, você acha que ela deve ser preservada/conservada ou você acha que não tem muito motivo para ser preservada/conservada?**

- deve ser preservada  
 não tem muito motivo para ser preservada  
 Não tenho opinião formada  
 Talvez

**10. De acordo com a escala abaixo, onde 1 representa muito ruim e 10 representa muito bom, dê uma nota de 1 a 10 no que se refere ao estado de manutenção e conservação da Praça Tiradentes de Teófilo Otoni?**

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Muito Ruim		Ruim		Nem Bom Nem Ruim		Bom		Muito Bom	

**11. O que você acha que poderia melhorar na Praça Tiradentes de Teófilo Otoni?**

- Manutenção  
 Maior divulgação da Praça  
 Realização de eventos culturais  
 Outros. Quais? \_\_\_\_\_

**12. Você concorda que a existência, manutenção e conservação da Praça Tiradentes possibilitam à sociedade uma melhoria no nível de vida?**

- Sim  
 Não

**13. A Praça Tiradentes de Teófilo Otoni, sempre fez parte da história da população de Teófilo Otoni. Considerando seus gastos e das pessoas que moram com você, com educação, saúde, alimentação, lazer e transporte e, supondo que a Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni, com certeza, utilizaria a verba para revitalização e manutenção da Praça Tiradentes, quanto em reais por mês, você estaria disposto(a) a pagar para possibilitar a manutenção, conservação e preservação Praça Tiradentes para você e seus familiares atuais e futuros?**

**Anote o valor exato: R\$ \_\_\_\_\_**

**14. Qual o principal motivo para você ter essa disposição de pagar a mais (leia o valor citado na P13) para manutenção, conservação da Praça Tiradentes?**

---

---

---

**15. (Só para quem não quer pagar nenhum valor a mais) Por que você não pagaria nenhum valor a mais para manutenção, conservação da Praça Tiradentes?**

- A preservação do da Praça é obrigação da prefeitura  
 Não tenho condições financeiras  
 Não tenho interesse pela preservação da Praça  
 Outro (especifique) \_\_\_\_\_

## APÊNDICE B

### Modelos de Regressão

Continua

Coefficients(a)				
Model		B	Beta	B
1	(Constant)	1,388554185		65,94921
	PorqueNãoPagaria	-0,2469955	-0,845569023	-45,0496
2	(Constant)	0,414897401		9,363582
	PorqueNãoPagaria	-0,146161411	-0,500371714	-24,3431
	PrincipalMotivoParaDAP	0,135838735	0,485299542	23,60984
3	(Constant)	0,339616875		6,801388
	PorqueNãoPagaria	-0,146696883	-0,502204857	-24,5623
	PrincipalMotivoParaDAP	0,133481047	0,476876432	23,14191
	ManutençãoEMelhoriaNoNívelDeVida	0,080642867	0,046584243	3,203418
4	(Constant)	0,375430005		7,29066
	PorqueNãoPagaria	-0,146916552	-0,502956879	-24,6915
	PrincipalMotivoParaDAP	0,134721679	0,481308732	23,37171
	ManutençãoEMelhoriaNoNívelDeVida	0,072085161	0,04164079	2,851625
	GastoLuz	-0,000337616	-0,039016308	-2,68851
	(Constant)	0,262388721		4,535205
	PorqueNãoPagaria	-0,144868805	-0,495946584	-24,5028
5	PrincipalMotivoParaDAP	0,135685092	0,484750634	23,75291
	ManutençãoEMelhoriaNoNívelDeVida	0,073361037	0,042377814	2,930706
	GastoLuz	-0,000585471	-0,067659532	-4,24136
	RendaFamiliar	0,033540198	0,065563522	4,134505
	(Constant)	0,272801234		4,721795
6	PorqueNãoPagaria	-0,144585124	-0,494975423	-24,5419
	PrincipalMotivoParaDAP	0,135029928	0,482409987	23,70399
	ManutençãoEMelhoriaNoNívelDeVida	0,069745111	0,040289034	2,792464
	GastoLuz	-0,000533831	-0,061691762	-3,84325
	RendaFamiliar	0,043624787	0,08527662	4,882999
	RendaPessoal	-0,018872207	-0,043989422	-2,64871
	(Constant)	0,264634859		4,582057
7	PorqueNãoPagaria	-0,143167634	-0,490122761	-24,2159
	PrincipalMotivoParaDAP	0,136194766	0,486571506	23,86349
	ManutençãoEMelhoriaNoNívelDeVida	0,068135236	0,039359072	2,733407
	GastoLuz	-0,000521136	-0,060224759	-3,75767
	RendaFamiliar	0,04653465	0,090964745	5,16511

			Conclusão	
	RendaPessoal	-0,018587806	-0,043326508	-2,61465
	GastoMoradia	-6,84021E-05	-0,032015233	-2,20843
	(Constant)	0,228181061		3,776666
	PorqueNãoPagaria	-0,142807135	-0,488888624	-24,1897
	PrincipalMotivoParaDAP	0,137156839	0,490008621	23,99359
	ManutençãoEMelhoriaNoNívelDeVida	0,066377217	0,038343533	2,666306
8	GastoLuz	-0,000518283	-0,05989498	-3,744
	RendaFamiliar	0,047943065	0,093717879	5,315517
	RendaPessoal	-0,017764588	-0,041407662	-2,49947
	GastoMoradia	-7,71925E-05	-0,036129514	-2,47247
	OQuePoderiaMelhorar	0,01845048	0,028924643	2,014443

---

Constante: DAP\_DAMMY

---

**Fonte: Dados da Pesquisa**